



Diário Oficial

GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 06 DE ABRIL DE 2016

Estado de Goiás

ANO 179 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 22.299

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 8.621, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

Dispõe sobre a aposentadoria por idade do pessoal que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500009000331,

DECRETA:

Art. 1º No âmbito da administração direta do Poder Executivo, a aposentadoria por idade a que se refere o art. 51 da Lei federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, só poderá ser requerida, na forma e nas condições ali previstas e em relação aos empregados celetistas remanescentes de paraestatais societárias, antes dotadas de autonomia financeira e posteriormente submetidas a processo de liquidação, mediante prévia e expressa autorização do Governador do Estado, inaplicáveis que são a eles as normas constitucionais relativas à aposentadoria compulsória, às quais se submetem apenas os ocupantes de cargos públicos de provimento efetivo ou vitalício, tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 40 da Carta Magna, quer na redação promanada da Emenda Constitucional nº 20/98, quer na da Emenda Constitucional nº 88/15, ressalvados o direito adquirido e a coisa julgada.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo, porém, os seus efeitos, exceto para fins financeiros, a 1º de janeiro de 2015, ficando, portanto, o pessoal desde então afastado compulsoriamente em desacordo com as disposições do seu art. 1º, autorizado a se apresentar imediatamente ao órgão de lotação respectivo para reassumir as funções inerentes ao seu emprego.

Parágrafo único. As disposições deste artigo não se aplicam aos casos em que o afastamento compulsório haja implicado pagamento de indenização trabalhista ou multa fundiária ao empregado.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 04 de abril de 2016, 128ª da República.

MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR

SECRETARIA DA CASA CIVIL

PORTARIA Nº 960, DE 1º DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201600006001102, notadamente do Parecer "PA" nº 000597/2016, aprovado pelo Despacho "AG" nº 000893/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e no art. 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a ANA CÂNDIDA NOGUEIRA aposentadoria no cargo de Professor IV, Referência "F", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 5 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 961, DE 1º DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500010013174, resolve retificar a Portaria nº 352, de 29 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial nº 22.257, de 02 de fevereiro do mesmo ano, quanto ao fundamento em que foi concedida aposentadoria a ANTÔNIO SANTOS RESENDE no cargo de Médico, Nível IV, Referência "L", do Grupo Ocupacional Médico e Cirurgião-Dentista, do Quadro Permanente dos Servidores da Secretaria da Saúde, para considerá-la deferida com base no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 97, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Estadual, e no art. 52, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 4 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.009, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500004056928, notadamente do Parecer PA nº 000589/2016, aprovado pelo Despacho "AG" nº 001149/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e no art. 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder, a partir de 28 de novembro de 2015, a ANTÔNIO EVANDRO CANEDO aposentadoria no cargo de Técnico Fazendário Estadual II, TFE II, da Carreira de Apoio Fiscal-Fazendário da Secretaria da Fazenda, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.010, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500006009088, notadamente do Parecer nº 003258/2015, aprovado pelo Despacho "AG" nº 001058/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e no art. 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a BENEDITO DOMINGOS LEITE aposentadoria no cargo de Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência "G-I", do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.011, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500006026274, notadamente do Parecer nº 000781/2016, aprovado pelo Despacho "AG" nº 001120/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 6º, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 56, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a CECÍLIA LEMES DO PRADO aposentadoria no cargo de Professor Assistente A, Referência "E", do Quadro Transitório do Magistério Público Estadual, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.012, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500006024746, notadamente do Parecer nº 000340/2016, aprovado pelo Despacho "AG" nº 000777/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento nos arts. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e 6º-A da referida Emenda, com redação dada pela de nº 70, de 29 de março de 2012, combinados com o art. 97, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, declarar aposentada, a partir de 18 de agosto de 2015, DJANIRA DE FÁTIMA FREIRE MÁXIMO no cargo de Professor IV, Referência "A", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em virtude de haver sido considerada definitivamente incapaz para o serviço público.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.013, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500006034382, notadamente do Parecer nº 000531/2016, aprovado pelo Despacho "AG" nº 000989/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 6º, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 56, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a ECIVAL PEREIRA DOS SANTOS aposentadoria no cargo de Professor IV, Referência "B", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.014, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500006002595, notadamente do Parecer "PA" nº 000611/2016, aprovado pelo Despacho "AG" nº 000995/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e no art. 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a HILTON DE OLIVEIRA aposentadoria no cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, Referência 7, do Grupo Ocupacional de mesmo nome, do Quadro Permanente dos Servidores Efetivos da Agência Goiana de Defesa Agropecuária – AGRODEFESA –, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.015, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, incisos II e VI, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, com base nos arts. 20 e 21 da Lei nº 13.910, de 25 de setembro de 2001, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201500006033189, notadamente do Parecer nº 000308/2016, aprovado pelo Despacho "AG" nº 000604/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve transpor, mediante enquadramento, a partir de 1º de outubro de 2001, IRENE PINHEIRO DE OLIVEIRA LEAL do cargo de Executor de Serviços Auxiliares I, A-2, para o de Agente Administrativo Educacional II, Referência "F", atual Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência "H", do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, e, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e no art. 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder-lhe aposentadoria no cargo por último citado, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.016, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201500022030789**, notadamente do Parecer “PA” nº 000667/2016, aprovado pelo Despacho “AG” nº 001137/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e no art. 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a **JAIME LUIZ DE SOUZA** aposentadoria no cargo de Motorista, Classe “C”, Padrão III, do Grupo Ocupacional Condutor de Veículos, do Quadro Permanente dos Servidores do Instituto de Assistência dos Servidores Públicos do Estado de Goiás-IPASGO-, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.017, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201500005002249**, notadamente do Parecer PA nº 003438/2015, aprovado pelo Despacho “AG” nº 000897/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento nos arts. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e 6º-A da referida Emenda, com redação dada pela de nº 70, de 29 de março de 2012, combinados com o art. 97, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, em harmonia com os arts. 45 da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 201, e 260, inciso I, da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, declarar aposentado, a partir de 11 de março de 2015, **JOSÉ GONÇALVES DA SILVA** no cargo de Assistente de Gestão Administrativa, Classe A, Padrão “V”, do Grupo Ocupacional de mesmo nome, do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria de Gestão e Planejamento, com proventos integrais, em virtude de haver sido considerado definitivamente incapaz para o serviço público.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.018, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201500006033971**, notadamente do Parecer nº 000532/2016, aprovado pelo Despacho “AG” nº 000990/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 6º, incisos I a IV, da Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 56, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a **JULIA ANTÔNIO CARLOS** aposentadoria no cargo de Professor III, Referência “C”, do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.019, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201400010019702**, notadamente do Parecer nº 000212/2016, aprovado pelo Despacho “AG” nº 000886/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento nos arts. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e 6º-A da referida Emenda, com redação dada pela de nº 70,

de 29 de março de 2012, combinados com o art. 97, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, em harmonia com os arts. 45 da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 201, e 260, inciso I, da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, declarar aposentada, a partir de 19 de setembro de 2014, **MARIA JOSÉ FLORENTINO RODRIGUES** no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível “I”, Referência “O”, do Grupo Ocupacional Agente de Serviços de Saúde, do Quadro Permanente dos Servidores da Secretaria da Saúde, com proventos integrais, em virtude de haver sido considerada definitivamente incapaz para o serviço público.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.020, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, incisos II e VI, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, com base nos arts. 20 e 21 da Lei nº 13.910, de 25 de setembro de 2001, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201500006025879**, notadamente do Parecer “PA” nº 000434/2016, aprovado pelo Despacho “AG” nº 000695/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve transpor, mediante enquadramento, a partir de 1º de outubro de 2001, **MARIA NATÁLIA RORIZ DE LIMA** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, A-2, para o de Agente Administrativo Educacional II, Referência “A”, atual Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência “J”, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, e, com fundamento nos arts. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e 6º-A da referida Emenda, com redação dada pela de nº 70, de 29 de março de 2012, combinados com o art. 97, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, em harmonia com o art. 260, inciso I, da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, declará-la aposentada, a partir de 14 de agosto de 2015, no cargo por último citado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em virtude de haver sido considerada definitivamente incapaz para o serviço público.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.021 , DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, incisos II e VI, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, com base nos arts. 20 e 21 da Lei nº 13.910, de 25 de setembro de 2001, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201500006028641**, notadamente do Parecer “PA” nº 000299/2016, aprovado pelo Despacho “AG” nº 000589/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve transpor, mediante enquadramento, a partir de 1º de outubro de 2001, **MARIA RAIMUNDA DA SILVA** do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, A-2, para o de Agente Administrativo Educacional I, Referência “C”, atual Agente Administrativo Educacional de Apoio, Referência “H”, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, e, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 97, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Estadual, e no art. 52, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder-lhe aposentadoria no cargo por último citado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.022, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201600036000049**, notadamente do Parecer PA nº 000311/2016, aprovado pelo Despacho “AG” nº 001032/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e no art. 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder a **MAURO MODESTO NEVES** aposentadoria no cargo de Assistente de Transportes e Obras, Classe C, Padrão III, do Grupo Ocupacional

de mesmo nome, do Quadro Permanente de Pessoal da Agência Goiana de Transportes e Obras, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.023, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos da delegação que lhe é conferida pelo art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do Processo nº **199400000001346 (e Anexo)**, especialmente o Parecer Médico Pericial nº 202/2014-GESPRE, da Gerência de Saúde e Prevenção, de 24 de novembro de 2014, da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, e com fundamento nas disposições do art. 151-A da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, acrescido pela Lei Complementar nº 114, de 19 de maio de 2015, publicada em 22 do mesmo mês e ano, resolve **CONVERTER**, de proporcionais para integrais, a partir desta última data, os proventos de aposentadoria de **NIZA BRASIL DE MELO**, concedida por meio do Decreto de 19 de setembro de 1994, publicado no Diário Oficial nº 17.040, de 29 do mesmo mês e ano, no cargo de Técnico em Enfermagem TS2, do Quadro Permanente da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário de Estado

PORTARIA Nº 1.024, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201500006031397**, notadamente do Parecer PA nº 006096/2015, aprovado pelo Despacho “AG” nº 001124/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 40, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o art. 97, § 1º, inciso III, alínea “b”, da Constituição Estadual, e no art. 52, incisos I, II e III, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, em harmonia com o art. 133, inciso IV, alínea “b”, da Lei nº 13.909, de 25 de setembro de 2001, conceder a **UBIRATAN RAMOS CHAVES** aposentadoria no cargo de Professor I, Referência “A”, do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.025, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **199300022000385 e Anexos**, em especial da Decisão Judicial proferida na Ação Declaratória nº 37342-95.2002.8.09.0051 (200200373425), do Despacho nº 2479/2015-GAB/GOIASPREV-, do Gabinete da Presidência da Goiás Previdência, bem como do Parecer “PA” nº 005499/2015, aprovado pelo Despacho “AG” nº 006268/2015, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve retificar, mantidos seus demais termos, o Decreto de 06 de dezembro de 1993, publicado no Diário Oficial nº 16.842, de 14 do mesmo mês e ano, que concedeu aposentadoria com proventos proporcionais a **VILMA DE MORAES AZEVEDO** no cargo de Fiscal de Previdência, Nível III, do então Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás, a fim de considerá-la deferida nos termos do art. 97, inciso III, alínea “a”, da Constituição Estadual, em seu texto original, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

DIRETORIA				INFORMAÇÕES TÉCNICAS		OBSERVAÇÕES
CARLOS ALBERTO LERÉIA DA SILVA PRESIDENTE				REGIÃO	ASSINATURA SEMESTRAL PAGAMENTO À VISTA	
ABADIA DIVINA LIMA DIRETORA DE TELERRADIODIFUSÃO, IMPRENSA OFICIAL E SITE				GOIÂNIA INTERIOR DE GOIÁS OUTROS ESTADOS	R\$ 706,00 R\$ 1.141,00 R\$ 1.245,00	
ANTÔNIO AUGUSTO DE ALMEIDA BORGHETTI DIRETOR DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS				REGIÃO	ASSINATURA ANUAL PAGAMENTO À VISTA	
PREVISTO CUSTÓDIO DOS SANTOS CHEFE DO NÚCLEO DE IMPRENSA OFICIAL				GOIÂNIA INTERIOR DE GOIÁS OUTROS ESTADOS	R\$ 1.078,00 R\$ 1.899,00 R\$ 2.054,00	1. As publicações não serão feitas antes do prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas úteis após o material ter dado entrada na AGECOM. 2. Balanços, balancetes e tabelas, para efeito de diagramação e cálculos, serão observados em um período de antecedência de 72 horas. 3. Os originais serão devolvidos mediante solicitação da parte interessada no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Após esta data serão incinerados. 4. As reclamações quanto às matérias publicadas só serão acellas se formuladas por escrito até 05 (cinco) dias da publicação. 5. As publicações e assinaturas poderão ser feitas nos seguintes endereços. Matriz: Rua SC-1, nº 299 - Parque Santa Cruz Fone: 3201-7600 / 3201-7663 - FAX: 3201-7623 / 3201-7779 Posto Fórum: Térreo, Sala. 193 - Fone: 3216-2321 Centro Administrativo: Vapt-Vupt - Fone: 3201-5070 VENDAS EXTERNAS: somente através de vendedores credenciados
				PREÇO ANÚNCIO (Coi/CM) À VISTA OU A PRAZO (30 DIAS) R\$ 43,75	EXEMPLAR AVULSO R\$ 5,50	ATENDIMENTO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 08:00 ÀS 18:00 Horas



PORTARIA Nº 1.026, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta dos Processos nºs **19960006008983** e **20150006023424**, notadamente do Parecer nº 000459/2016, aprovado pelo Despacho "AG" nº 000663/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento nos arts. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional Federal nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e 6º-A da referida Emenda, com redação dada pela de nº 70, de 29 de março de 2012, combinados com o art. 97, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, declarar aposentada, a partir de 03 de agosto de 2015, **VIRGÍNIA BEATRIZ DE DEUS PINTO** no cargo de Professor IV, Referência "B", do Quadro Permanente do Magistério Público Estadual, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em virtude de haver sido considerada definitivamente incapaz para o serviço público.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL,
em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.027, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso III do art. 1º do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201610319000648**, resolve, nos termos do art. 136, § 1º, inciso I, da Lei nº 10.460, de 22 de fevereiro de 1988, exonerar, a pedido e a partir de 1º de março de 2016, **EDUARDO DOS SANTOS REZENDE** do cargo efetivo de Educador Social, do Grupo Ocupacional Assistente Técnico-Social, do Quadro Permanente dos Servidores Efetivos da Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL,
em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.028, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, nos termos do art. 1º, inciso II, do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201500017000284**, notadamente do Parecer PA nº 003185/2015, aprovado pelo Despacho "AG" nº 001004/2016, da Procuradoria-Geral do Estado, resolve, com fundamento no art. 3º, incisos I, II e III e parágrafo único, da Emenda Constitucional Federal nº 47, de 5 de julho de 2005, e no art. 58, incisos I a V, da Lei Complementar nº 77, de 22 de janeiro de 2010, conceder, a partir de 16 de março de 2015, a **VANDA MARQUES LINO** aposentadoria no cargo de Auxiliar de Gestão Administrativa, Classe A, Padrão V, do Grupo Ocupacional de mesmo nome, do Quadro Permanente dos Servidores Efetivos da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, com proventos integrais.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL,
em Goiânia, 04 de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

PORTARIA Nº 1.029, DE 04 DE ABRIL DE 2016.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso X, alínea "a", do art. 1º do Decreto nº 8.520, de 30 de dezembro de 2015, e tendo em vista o que consta do Processo nº **201600013000960**, resolve manter a cessão de **CÁRITA CRISTINA MARGARIDA FIGUEIREDO**, Auxiliar Técnico de Saúde, do Poder Executivo Estadual - Secretaria da Saúde, ao Município de Trindade, no período de 1º de janeiro a 31 de março de 2016, sem ônus para o órgão de origem, a fim de regularização funcional.

Publique-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL, em
Goiânia, aos 04 dias do mês de abril de 2016.

João Furtado de Mendonça Neto
Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, através de seu Pregoeiro, torna público, que realizará, na data e horário abaixo discriminado as seguintes licitações:

MODALIDADE	OBJETO	DATA/HORA
Pregão Eletrônico 13/2016	Fornecimento de Alimentos e Refrigerantes	19/04/2016 10h30min
Pregão Eletrônico SRP 14/2016	Registro de Preço para eventual aquisição de peças para manutenção de Ar Condicionado	19/04/2016 14 horas

Os Editais poderão ser consultados através dos sítios: www.comprasnet.go.gov.br e al.go.leg.br. Maiores informações pelo e-mail licitacao@assembleia.go.gov.br ou telefax (62) 3221-3155.

Goiânia, 04 de abril de 2016.

Frederico Leão Abrão
Presidente da CPL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS

PREGÃO ELETRÔNICO EDITAL Nº 035/2016 PROCESSOS PROAD Nº: 201511000011364

OBJETO: Aquisição de materiais destinados à manutenção e reposicionamento de aparelhos de condicionadores de ar tipo Split, e tipo ACJ, destinado exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Datas e Horários:

Recebimento das propostas: a partir das 08h00 do dia 19/04/2016

Abertura das propostas: às 08h00 do dia 20/04/2016

Início da sessão de disputa de preços: às 14h00 do dia 20/04/2016

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:

e-mail: rcpina@tjgo.jus.br

Fax : (062) 3236-2428

Fone : (062) 3236-2433/2435

Rogério Castro de Pina
Pregoeiro

MINISTÉRIO PÚBLICO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 201500436831 **Licitação:** Dispensa de Licitação, Art. 24, II, Lei nº 8.666/93, Contrato nº 24/2016 **Objeto:** Fornecimento de Água Mineral e Gás GLP 13Kg para as Promotorias de Justiça da comarca de Goianésia-GO **Contratante:** Ministério Público do Estado de Goiás **Procuradoria-Geral de Justiça Contratada:** Flávia Pereira e Borges Ltda-ME **Período:** 01/04/2016 a 31/03/2017 **Dotação Orçamentária:** 0701 03 091 4001 4.001 – GP/03 **Valor do Contrato:** R\$ 2.265,00 **Recurso:** Tesouro Estadual **Empenhos:** nº 00460 e 00468 ambos de 08 de março de 2016 **Valor dos Empenhos:** R\$ 1.579,50 e R\$ 159,00 **Data de assinatura do Contrato:** 18/03/2016 **Amparo Legal:** Lei nº 8.666/93. Art. 61

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 201600079576 **Licitação:** Dispensa de Licitação, Art. 24, II, Lei nº 8.666/93, Contrato nº 32/2016 **Objeto:** Fornecimento de Água Mineral e Gás GLP 13Kg para as Promotorias de Justiça da comarca de Rio Verde-GO **Contratante:** Ministério Público do Estado de Goiás **Procuradoria-Geral de Justiça Contratada:** CSM de Jesus Comércio de Gás GLP - ME **Período:** 21/03/2016 a 20/03/2017 **Dotação Orçamentária:** 0701 03 091 4001 4.001 – GP/03 **Valor do Contrato:** R\$ 6.264,00 **Recurso:** Tesouro Estadual **Empenhos:** nº 00488 e 00489 ambos de 16 de março de 2016 **Valor dos Empenhos:** R\$ 4.578,00 e R\$ 320,00 **Data de assinatura do Contrato:** 21/03/2016 **Amparo Legal:** Lei nº 8.666/93. Art. 61

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 201600068433 **Licitação:** Dispensa de Licitação, Art. 24, II, Lei nº 8.666/93, Contrato nº 33/2016 **Objeto:** Fornecimento de Água Mineral para as Promotorias de Justiça da comarca de Mineiros-GO **Contratante:** Ministério Público do Estado de Goiás **Procuradoria-Geral de Justiça Contratada:** Patrícia Cintra-ME **Período:** 01/04/2016 a 31/03/2017 **Dotação Orçamentária:** 0701 03 091 4001 4.001 – GP/03 **Valor do Contrato:** R\$ 1.920,00 **Recurso:** Tesouro Estadual **Empenho:** nº 00514 de 22 de março de 2016 **Valor do Empenho:** R\$ 1.440,00 **Data de assinatura do Contrato:** 29/03/2016 **Amparo Legal:** Lei nº 8.666/93. Art. 61

AGÊNCIA GOIANA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E PESQUISA AGROPECUÁRIA

Processo: 201312404000264.

Objeto: Terceiro Termo Aditivo que tem por objetivo prorrogação em 12 (doze) meses a vigência do contrato original nº 010/2013 e o Instituto Euvaldo Lodi – IEL/Goiás

CNPJ: 01.847.298/0001-08.

Valor mensal de R\$: 5.497,80 (cinco mil quatrocentos e noventa sete reais e oitenta centavos).

Vigência: 18 de abril de 2016 a 17 de abril de 2017.

AGÊNCIA ESTADUAL DE TURISMO

ADENDO PREGÃO ELETRÔNICO 01/2016 PROCESSO Nº. 201600027000166

O Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social que são exigidos no Anexo III, item 4 do Edital, poderá ser substituído pelo Extrato de Contabilidade Simplificado, a fim de comprovar a qualificação econômica financeira das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

ERRATA PREGÃO ELETRÔNICO 01/2016 PROCESSO Nº. 201600027000166

ONDE-SE-LÊ: entre os dias 31 de março de 2016 a 02 de abril de 2016, das 08:00 às 18:00 horas.

LEIA-SE: entre os dias 31 de março de 2016 a 07 de abril de 2016, das 08:00 às 18:00 horas.

Goiânia, ao 01º dia do mês de abril de 2016.

ANNE KAROLINE P. INÁCIO
Pregoeira

AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade nº 006/2016-O Presidente da Agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao disposto no art. 26, da Lei federal nº. 8.666/93, de 21/06/1993, resolve ratificar a Inexigibilidade de Licitação nº. 006/2016–PR-NELIC, com fundamento no art. 25, inciso I, da sobredita Lei, visando contratar a empresa abaixo relacionada, para a aquisição de 11 (onze) assinaturas do periódico “O Popular” em formato impresso, por um período de 12 (doze) meses, nos moldes da proposta por ela apresentada, conforme documentação contida no processo nº 003898/2016, cadastrado nesta Agência:

- J CÂMARA & IRMÃOS - R\$ 6.402,00 (seis mil e quatrocentos e dois reais).

Gabinete da Presidência da Agência Goiana de Transportes e Obras – AGETOP, em Goiânia, aos 04 (quatro) dias do mês de abril do ano de 2016.

Jayme Eduardo Rincon
Presidente
Celso Flores Pinto
Chefe de Gabinete
AGETOP

AVISO – CONCORRÊNCIA Nº 051/15-PR-NELIC

A AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS – AGETOP, por intermédio de seu Núcleo Executivo de Licitações, informa aos interessados que, com referência à Concorrência nº 051/15-PR-NELIC – Serviços de recuperação de rodovias do Programa Rodovia Reconstrução – Grupo III, lote 12, na Rodovia GO-302 – trecho: saída Itajá-Aporé / entr. GO-178 (Itajá-GO); e nas rodovias GO-178 / GO-206 – trecho: div. GO-MS / Itajá / Itarumã / Caçu / entr. BR-364, neste Estado – processo nº 201500036002370, foi disponibilizado o arquivo “Composição custo de mobilização/desmobiliz-tipo C2”. O arquivo, bem como o edital, encontram-se disponíveis no NELIC e no site da AGETOP – www.agetop.go.gov.br.

Goiânia, 04 de abril de 2016.

JOSÉ VIANA FERRAZ DE AMORIM
Chefe do NELIC

Visto:
JAYME EDUARDO RINCON
Presidente da AGETOP

AVISO DE ADIAMENTO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/16-PR-NELIC

A AGÊNCIA GOIANA DE TRANSPORTES E OBRAS – AGETOP, por intermédio de seu Núcleo Executivo de Licitações, toma do conhecimento dos interessados que, resolve adiar *SINE DIE* a abertura do Pregão Presencial nº 006/16-PR-NELIC – Concessão de uso de área localizada no Aeroporto de Cargas de Anápolis, destinada à exploração comercial de posto de abastecimento de aeronaves, neste Estado – processo nº 201600036000024.

Goiânia, 04 de abril de 2016.

JAYME EDUARDO RINCON
Presidente da AGETOP
Celso Flores Pinto
Chefe de Gabinete

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA, CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS

1.Processo n.º	201200045000069.
2.Modalidade	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2012 – SEGPLAN/SUPRILOG



3. Identificação do Termo		QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2012.
4. Objeto		PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 004/2012.
5. Partes	CPF-MF/ CNPJ-MF	Contratante: CNPJ nº 00.638.357/0001-08. Contratada: CNPJ nº 03.506.307/0001-57
	Nome/Razão Social	Contratante: ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECIMA. Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO DE CONVÊNIOS HAAG S.A.
6. Vigência	Data Início	02/04/2016
	Data do Fim	02/04/2017
7. Data da Assinatura		21/03/2016
8. Valor		R\$ 78.808,07 (setenta e oito mil oitocentos e oito reais e sete centavos)
9. Dotação Orçamentária/Fonte		2016.37.01.04.122.4001.4001.03/00 – 2016.37.53.04.122.4001.4001.03/00-2016.37.53.04.122.4001.4001.03/20-2016.37.53.04.122.4001.4001.03/20-
10. Sujeição à Legislação Vigente		Lei Estadual nº 17.928/12 e Lei Federal nº 8.666/1993

VILMAR DA SILVA ROCHA
Secretário

1. Processo n.º		201300017001015.
2. Modalidade		PREGAO ELETRONICO 083/2013
3. Identificação do Termo		SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 43/2013.
4. Objeto		PRORROGAÇÃO REAJUSTE DO VALOR, DO CONTRATO 043/2013 - REFERENTE AO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 20 VEÍCULOS.
5. Partes	CPF-MF/ CNPJ-MF	Contratante: CNPJ nº 00.638.357/0001-08. Contratada: CNPJ nº 09.265.212/0001-75
	Nome/Razão Social	Contratante: ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECIMA. Contratado: SUN LAND LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.
6. Vigência	Data Início	03/04/2016.
	Data do Fim	03/04/2017.
7. Data da Assinatura		31/03/2016.
8. Dotação Orçamentária/Fonte / Valor		2016.37.53.04.122.4001.4001.03 / 20 R\$ 848.070,72 (oitocentos e quarenta e oito mil setenta reais e setenta e dois centavos)
9. Sujeição à Legislação Vigente		Lei Estadual nº 17.928/12 e Lei Federal nº 8.666/1993

VILMAR DA SILVA ROCHA
Secretário

1. Processo n.º		201500017000341.
2. Modalidade		PREGÃO ELETRONICO 01/2015
3. Identificação do Termo		PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2015.
4. Objeto		ADITAMENTO DE ACRESCIMO DE 25% NO VALOR DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS E HOSPEDAGENS.
5. Partes	CPF-MF/ CNPJ-MF	Contratante: CNPJ nº 00.638.357/0001-08. Contratada: CNPJ nº 06.955.770/0001-74
	Nome/Razão Social	Contratante: ESTADO DE GOIÁS, POR INTERMÉDIO DA SECIMA. Contratado: EMPRESA P & P TURISMO LTDA ME.
6. Vigência	Data Início	18/06/2015.
	Data do Fim	18/06/2016.
7. Data da Assinatura		31/03/2016.
8. Dotação Orçamentária/Fonte/ Valor do Aditivo		2016.37.01.04.4001.4001.03 / 00 / Valor R\$ 10.194,86 (dez mil cento e noventa e quatro reais e oitenta e seis centavos)
9. Sujeição à Legislação Vigente		Lei Estadual nº 17.928/12 e Lei Federal nº 8.666/1993

VILMAR DA SILVA ROCHA
Secretário

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

1. Processo n.º		201600017000191.
2. Contratante		Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos. CNPJ: 00.638.357/0001-08
3. Contratada		CELG Distribuição S/A – Celg D – CNPJ: 01.543.032/0001-04
4. Objeto		Contratação de empresa para fornecimento de energia elétrica

5. Recurso	00/Tesouro
6. Valor Total	R\$ 93.315,68 (noventa e três mil trezentos e quinze reais e sessenta e oito centavos).
7. Ratificação	29 de março de 2016
8. Fundamentação	Artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93

VILMAR DA SILVA ROCHA
Secretário

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO E DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO “SINE DIE” PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2016-SED

Processo nº 201614304000025

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação comunica aos interessados a **SUSPENSÃO “SINE DIE”** do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2016-SED** destinado à contratação de empresa para prestação de serviço de vigilância armada para diversas unidades da Secretaria.

Informações: fone (62) 3201-5598 ou joao-bqj@sed.go.gov.br

João Borges Queiroz Júnior
Pregoeiro – Portaria nº 489/2015-GAB

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 201500006033384 Data : 01/12/2015
Nome : Aser Security Serviços Eireli - EPP
Assunto : Contrato

Contrato de Prestação de Serviços nº 045/2016 que entre si celebram o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e a empresa Aser Security Serviços Eireli - EPP.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente ajuste a aquisição de licença de Software, para atender a demanda da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte, conforme Edital e de acordo com as quantidades e especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência e demais anexos.

DA MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 044/2015.

DOS VALORES: R\$ 219.900,00 (duzentos e dezenove mil novecentos reais).

DOS RECURSOS: Dotação Orçamentária: 2016.2202.005 / Empenho: 00002 / Classificação Funcional: 12 126 1019 2.092 / Grupo: 04 / Natureza da Despesa: 4.4.90.39.82 / Fonte: 00 / Data: 12/02/2016 / Valor: R\$ 87.500,00.

Dotação Orçamentária: 2016.2202.001 / Empenho: 00001 / Classificação Funcional: 12 126 1019 2.092 / Grupo: 04 / Natureza da Despesa: 3.3.90.39.28 / Fonte: 00 / Data: 12/02/2016 / Valor: R\$ 132.400,00.

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da emissão da ordem de serviço ou fornecimento, conforme o caso, com eficácia condicionada à publicação no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 61, parágrafo único, da lei Federal nº 8.666/93.

DA DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte; a Advocacia Setorial e a empresa Aser Security Serviços Eireli - EPP.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº: 201200006022433 Data: 07/08/2012
Nome : Ocean Construções Ltda.
Assunto : Termo Aditivo

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Obras nº 093/2013 entre o Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte e a empresa Ocean Construções Ltda.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do contrato, por mais 6 meses, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO: Cláusula Quinta: O presente Termo Aditivo terá a vigência de 06 (seis) meses no período compreendido entre 22 de fevereiro de 2016 a 21 de agosto de 2016, estando sua eficácia condicionada à efetiva publicação do aviso deste aditivo na imprensa oficial do Estado de Goiás.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO: O presente instrumento deverá ser publicado, por extrato, na Imprensa Oficial, dentro do prazo máximo descrito no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, correndo as despesas por conta da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

DA DATA DE ASSINATURA: 01/04/2016.

DOS SIGNATÁRIOS: O Estado de Goiás, por meio da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte; a Advocacia Setorial e a empresa Ocean Construções Ltda.

EXTRATO DE CONTRATO 001/2016.

Contratante:	CONSELHO ESCOLAR RODOLFO BRAZ DE QUEIROZ
CNPJ:	01945125-0001-57
Unidade Local:	ESCOLA ESTADUAL RODOLFO BRAZ DE QUEIROZ
Contratada:	MACARIN PIMENTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI ME
CNPJ:	14.074.545-0001-68
Prazo:	180 dias
Valor:	R\$ 32.100,40
Município:	Ipameri-GO
Projeto:	Manutenção Corretiva
Numero do Processo	201500006031992
Numero da Portaria	2015-GAB SEDUCE

Ipameri, 23 de Março de 2016.	
Geovane José Leandro Diretor	Thaisa Araújo Farias Ferey Presidente da Comissão Especial de Licitação

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
GABINETE

PORTARIA Nº 1267 /2016-GAB/SEDUCE

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L U T O:

I- REVOGAR as Portarias nºs 1243/2015 e 2125/2015-GAB/SEDUCE, datadas de 27 de março e 03 de agosto de 2015, respectivamente.

II- CONSTITUIR a Comissão do Programa de Incentivo ao Atleta de Rendimento – PRO-ATLETA, formada pelos servidores: Leila Cristina Mendonça Xavier, Frederico Costa Machado e Jovistênio Barcelos de Araújo como Membros Efetivos representantes da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, e Neirivan Honorato Rodrigues como Membro Efetivo representante das Federações Esportivas do Estado de Goiás; e pelos Suplentes: Carlos Augusto Valentin, representante da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte, e Rodrigo de Castro Ribeiro, representante das Federações Esportivas do Estado de Goiás, para, sob a Presidência do primeiro, proceder a orientação, análise, exame, avaliação, acompanhamento, aprovação e fiscalização da execução dos projetos apresentados pelos atletas candidatos ao Programa de Incentivo ao Atleta de Rendimento – PRO-ATLETA.

III- Os Membros da Comissão desta Portaria não serão remunerados, sendo o exercício do cargo considerado serviço público relevante.

IV- Os Membros Efetivos e os Suplentes da Comissão, ora constituída, terão um mandato de 02 (dois) anos, com início a partir da data da publicação desta Portaria, com permissão de apenas uma recondução para novo mandato.

V- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE em Goiânia, aos 23 dias do mês de março de 2016.

Profª Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira
Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte

COMUNICADO DE ABERTURA PROESPORTE

A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte – SEDUCE comunica a todo segmento esportivo do Estado de Goiás, a abertura do processo de inscrição ao Programa Estadual de Incentivo ao Esporte – PROESPORTE.

A inscrição será no período de 05 de abril a 30 de abril de 2016, somente pelo site www.seduc.go.gov.br, após a confirmação gerada pelo próprio sistema. O Proponente deverá imprimir o Projeto e enviar, via correio, juntamente com toda a documentação original ou autenticada em Cartório, à Gerência de Programa PROESPORTE, situada na Av. Fuad José Sebbá, nº 1770, Estádio Serra Dourada, Jardim Goiás – CEP 74 805-100, Goiânia-GO.

As prestações de contas pendentes nos anos de 2013, 2014 e 2015 inviabilizarão a análise de Projetos pela Comissão.

Goiânia, aos 30 dias do mês de março de 2016.

Profª Raquel Figueiredo Alessandri Teixeira
Secretária de Estado de Educação, Cultura e Esporte

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADM PENITENCIÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS AUTOMOTIVOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS Nº 056/2010

Processo nº: 201000002000199
Contratante: Estado de Goiás/Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária/Polícia Militar



Contratada: Útil Pneus Peças e Serviços Ltda, CNPJ: 11.103.970/0001-39
Modalidade: Pregão Eletrônico n.º 136/2010
Objeto: Prorrogação da vigência do contrato.
Recurso: 00/Tesouro
Valor Total: R\$ 1.279.494,06 (um milhão duzentos e setenta e nove mil quatrocentos e noventa e quatro reais e seis centavos)
Vigência: 06 (seis) meses, ou seja, 01/03/2016 a 30/08/2016, condicionada sua eficácia à publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, após a respectiva outorga pelo Procurador do Estado Chefe da Advocacia Setorial da SSP.
Data/Outorga: 30 de março de 2016

José Eliton de Figueiredo Júnior
Secretário

POLÍCIA MILITAR

Estado de Goiás
Secretaria de Estado da Segurança Pública e
Administração Penitenciária
Polícia Militar
Sexta Seção da Chefia de Recursos Humanos

PORTARIA N. 007676

O Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe conferem o § 3º do art. 3º, c/c art. 4º da Lei 8.125/76 e,

Considerando que, aos 31/07/1990, o 3º SGT PM RG 03888 LEOSINO GOMES DE CAMARGO foi promovido à graduação de 2º SGT PM e transferido para a reserva remunerada através da Portaria 390 PM/091/90 - DP, publicada no Boletim Geral nº. 142/90, da mesma data;

Considerando que, foi promovido novamente, por ato de bravura, à graduação de 1º SARGENTO PM, nos termos da Lei n. 18.182/13, por meio da Portaria nº. 005117 de 03 de junho 2014, publicada no Diário Oficial Eletrônico n. 108/2014 de 10/06/2014, sendo que na ocasião da nova promoção já se encontrava na inatividade desde 31 de julho de 1990;

Considerando que, após a promoção por ato de bravura, seus proventos foram fixados por meio da Portaria n. 005398, de 07 de agosto de 2014;

Considerando que, o Despacho "AG" n. 000071/2016, da Procuradoria Geral do Estado, orientou que se procedesse à invalidação da Portaria n. 005398, que retificou a Portaria n. 390 PM 091/90 DP, para fixar os proventos de 1º SGT PM em razão da promoção por ato de bravura;

RESOLVE:

Art. 1º - **ANULAR** a Portaria n. 005398, de 07 de agosto de 2014, que fixou os proventos do 1º SGT PM LEOSINO GOMES DE CAMARGO, CPF: 162.893.401-82, em virtude de sua promoção por ato de bravura.

Art. 2º - O CGF, através das Chefias de Recursos Humanos e Execução Orçamentária e Financeira, providenciem o que lhes competem.

Art. 3º - Comuniquem-se e publiquem-se em Diário Oficial desta Corporação e do Estado de Goiás.

Comando Geral da Polícia Militar, em Goiânia-GO, aos 01/04/2016

DIVINO ALVES DE OLIVEIRA - Coronel PM
Comandante Geral da PMGO

Estado de Goiás
Secretaria de Estado da Segurança Pública e
Administração Penitenciária
Polícia Militar
Sexta Seção da Chefia de Recursos Humanos

PORTARIA N. 007677

O Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, no uso das atribuições legais e regulamentares que lhe conferem o § 3º do art. 3º, c/c art. 4º da Lei 8.125/76 e,

Considerando que, aos 07/01/2010, o CB PM RG 10.634 WALDO ALVES NERES foi promovido à graduação de 3º SGT PM e transferido para a reserva remunerada através da Portaria 000386, publicada no Diário Oficial Eletrônico - DOEPM Nº 4/2010, da mesma data;

Considerando que, foi promovido novamente, por ato de bravura, à graduação de 2º SARGENTO PM, nos termos da Lei n. 18.182/13, por meio da Portaria nº. 003986 de 22 de novembro de 2013, publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 219/2013 de 25/11/2013, sendo que na ocasião da nova promoção já se encontrava na inatividade desde 07 de janeiro de 2010;

Considerando que, após a promoção por ato de bravura, seus proventos foram fixados por meio da Portaria n. 004084, de 09 de dezembro de 2013;

Considerando que, o Despacho "AG" n. 005904/2015, da Procuradoria Geral do Estado, orientou que se procedesse à invalidação da Portaria n. 004084, que retificou a Portaria n. 00386/PM/2010 - DAAF, para fixar os proventos de 2º SGT PM em razão da promoção por ato de bravura;

RESOLVE:

Art. 1º - **ANULAR** a Portaria n. 004084, de 09 de dezembro de 2013, que fixou os proventos do 2º SGT PM WALDO ALVES NERES, CPF: 130.361.491-04, em virtude de sua promoção por ato de bravura.

Art. 2º - O CGF, através das Chefias de Recursos Humanos e Execução Orçamentária e Financeira, providenciem o que lhes competem.

Art. 3º - Comuniquem-se e publiquem-se em Diário Oficial desta Corporação e do Estado de Goiás.

Comando Geral da Polícia Militar, em Goiânia-GO, aos 01/04/2016

DIVINO ALVES DE OLIVEIRA - Coronel PM
Comandante Geral da PMGO

CORPO DE BOMBEIROS

ERRATA A PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DA ARP N. 005/2015 – CBMGO

O Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, neste ato representado pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, designado pela Portaria n. 155/2015 – CG/CBMGO, torna público para conhecimento dos interessados, referente à publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços n. 005/215, cujo objeto é o Registro de Preços para Eventual Aquisição de Mobiliário Corporativo, no Diário Oficial do Estado de Goiás nº 22195, em 29 de outubro de 2015, Ano 179, página 7:

1- No item: "Validade da Ata":

Onde se lê: "29/10/2015 a 29/10/2016"

Leia-se: "06/10/2015 a 05/10/2016"

Goiânia, 01 de abril de 2016.

Thiago de Lucena Gondim – CAP QOC BM
Presidente da CPL

SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Iquego

AVISO DE LICITAÇÃO

A INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS S/A - IQUEGO, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que realizará as seguintes licitações, nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Estadual nº. 17.928/12, Decretos Estadual nº. 7.466/11 e 7.468/11, Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Complementar nº. 123/06 e Lei Federal nº. 5.540/05.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2016
PROCESSO Nº. 145/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATÉRIA PRIMA FARMACÊUTICA EM CONFORMIDADE COM A ESPECIFICAÇÃO DE MATÉRIA PRIMA E TERMO DE REFERÊNCIA.
DATA: 20/04/2016
HORÁRIO: 09:30 horas – Horário de Brasília

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 36/2016
PROCESSO Nº. 408/2016
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATÉRIA PRIMA FARMACÊUTICA EM CONFORMIDADE COM A ESPECIFICAÇÃO DE MATÉRIA PRIMA E TERMO DE REFERÊNCIA
DATA: 20/04/2016
HORÁRIO: 09:30 horas – Horário de Brasília

O edital e seus anexos poderão ser obtidos, junto à Comissão Permanente de Licitação da IQUEGO, à Avenida Anhanguera, nº. 9.827 - Bairro Ipiranga. Goiânia - Go, no site www.comprasnet.go.gov.br ou www.iquego.go.gov.br Outras informações pelo fone: 3235-2900 - ramal: 80. Goiânia, 01 de abril de 2016
Luciane Rodrigues Dutra
Pregoeira/Presidente CPL

Saneago

GOVERNO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE,
RECURSOS HÍDRICOS, INFRAESTRUTURA,
CIDADES E ASSUNTOS METROPOLITANOS
SANEAMENTO DE GOIÁS S/A

AVISO DE JULGAMENTO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 4.3 – 003/2016
PROCESSO Nº 28016/2013 – SANEAGO
A SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, por meio da Comissão Permanente de Licitações, torna público o resultado do julgamento da documentação de habilitação da licitação em referência: **EMPRESAS HABILITADAS – 01) MAGNA ENGENHARIA LTDA; 02) NAVARRETE ENGENHARIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SS; 03) TCRE ENGENHARIA LTDA**, conforme ata de julgamento constante do processo, abrindo-se na data desta publicação, prazo para interposição de recursos. Comunica ainda que, caso não sejam impetrados recursos, a abertura das propostas técnicas (envelope nº 02) das licitantes habilitadas, acontecerá no dia 14 (quatorze) de abril de 2016, às 09h (nove) horas, no auditório da CPL, sala 32 – SEDE da SANEAGO.
Goiânia, 04 de abril de 2016

Engº Emmanuel Domingos Peixoto
Presidente da CPL

AVISO DE JULGAMENTO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA Nº 4.3 – 002/2016
PROCESSO Nº 7798/2015 – SANEAGO
A SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, por meio da Comissão Permanente de Licitações, torna público o resultado do julgamento da documentação de habilitação da licitação em referência: **EMPRESAS HABILITADAS – 01) CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S/A; 02) CONSÓRCIO ARCADIS LOGOS-COBRAPÉ; 03) CONSÓRCIO GERENCIAMENTO SANEAGO; 04) CONSÓRCIO STE-VÓLUS; 05) CONSÓRCIO SN; 06) MAGNA ENGENHARIA LTDA; 07) RESTELO CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA**, conforme ata de julgamento constante do processo, abrindo-se na data desta publicação, prazo para interposição de recursos. Comunica ainda que, caso não sejam impetrados recursos, a abertura das propostas técnicas (envelope nº 02) das licitantes habilitadas, acontecerá no dia 14 (quatorze) de abril de 2016, às 14h (quatorze) horas, no auditório da CPL, sala 32 – SEDE da SANEAGO.
Goiânia, 04 de abril de 2016

Engº Emmanuel Domingos Peixoto
Presidente da CPL

Casego - Em Liquidação

ESTADO DE GOIÁS
PROMOTORIA DE LIQUIDAÇÃO – PROLIQUIDAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE ALIENAÇÃO – PORTARIA N.º 037/2015

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº. 001/2016
Processo nº 201500005007604

A Companhia de Armazéns e Sítos do Estado de Goiás S/A – CASEGO em liquidação, pela Comissão Especial de Alienação, instituída pela Portaria nº 037/2015, da Promotoria de Liquidação – PROLIQUIDAÇÃO, informa aos interessados que o Edital de Leilão Público nº.001/2016, que teve o Aviso do Edital publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, na pág. 23, e no jornal "O Popular", na pág. 06, ambos no dia 11.03.2016, fica retificado o seguinte trecho do Anexo VII do Edital – Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, passando a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

"Cláusula Segunda - (...). **Parágrafo Primeiro** – O pagamento das parcelas, que se inicia com a 2ª (segunda) parcela, com vencimento em (DATA), serão devidamente atualizadas na data do pagamento pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), incidentes a partir da data do Leilão e acrescidas de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês sobre a parcela atualizada".

LEIA-SE:

"Cláusula Segunda - (...). **Parágrafo Primeiro** – O pagamento das parcelas, que se inicia com a 2ª (segunda) parcela, com vencimento em (DATA), serão devidamente atualizadas na data do pagamento pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), incidentes a partir da data do Leilão e acrescidas de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês".

COMISSÃO ESPECIAL DE ALIENAÇÃO – Portaria n.º 037/2015, em Goiânia, aos 31 dias do mês de março de 2016.

Nileia Gomes de Moraes
Presidente da C.E.A.
Antonio Paulo Neves
Liquidante da CASEGO em liquidação

Celg



CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
CNPJ/MF Nº 01.543.032/0001-04
NIRE 52300002958
COMPANHIA DE CAPITAL FECHADO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Convocamos os acionistas da Celg Distribuição S.A. - CELG D ("Celg D"), objetivando o comparecimento às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("Assembleias"), na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do Estatuto Social, de 23 de janeiro de 2015. As Assembleias serão realizadas na sede social, localizada na Rua 2, Quadra A-37, nº 505, Bairro Jardim Goiás, CEP 74805-180, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, às 9 (nove) horas, de 29 (vinte e nove) de abril de 2016, para deliberar sobre as matérias, especificadas a seguir:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e os demais documentos complementares, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
 2. Eleger os componentes do Conselho de Administração;
 3. Eleger os membros do Conselho Fiscal;
- ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**
4. Fixar a remuneração dos Diretores, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais;
 5. Incumbir à Diretoria da Celg D a promoção de todas as medidas deliberadas; e
 6. Autorizar a execução de atos relativos à publicação da respectiva ata e das deliberações.

INSTRUÇÕES GERAIS

a) o acionista, representante legal ou procurador, objetivando assegurar a admissão às Assembleias, deverá apresentar os seguintes documentos:

- documento oficial de identidade com foto;
 - fotocópia autenticada do Estatuto Social ou Contrato Social atualizado, no caso de acionista pessoa jurídica; e
 - via original ou fotocópia autenticada de procuração outorgada pelo acionista, e demais documentos exigidos pelo acionista em seu Estatuto Social ou no Contrato Social, e/ou na Procuração.
- b) os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação nas Assembleias deverão ser depositados na sede social da Celg D, especificamente na Superintendência de Relacionamento com Acionistas, telefone 0 XX 62 32431317, preferencialmente, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis anteriores à realização das Assembleias; e
- c) o acionista ou seu representante legal, responsável pela indicação e, sucessivamente, eleição de Conselheiros de Administração e/ou Conselheiros Fiscais, deverá apresentar, em momento imediatamente anterior ao ato da eleição, fotocópias, autenticadas em Cartório, da identidade, CPF e comprovante de endereço atualizado (taxa de energia elétrica, água ou telefone fixo), objetivando a inserção desses dados na redação da ata das Assembleias e o arquivamento e registro em conjunto com essa ata na Junta Comercial do Estado de Goiás.
- Goiânia, 4 de abril de 2016.
Sinval Zaldan Gama
Conselho de Administração



CELG DISTRIBUIÇÃO S.A – CELG D

torna público que requereu da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA a Renovação da Licença de Funcionamento da LT 2x138kV (Jundiá – Anápolis Universitário) - Santana, no município de Anápolis.



CELG DISTRIBUIÇÃO S.A – CELG D

torna público que requereu da Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA a Autorização para Ampliação da SE 69/34,5/13,8 kV - 10/12,5 MVA Padre Bernardo, no município de Padre Bernardo.7



GOIÁS

CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico.
Tipo: Menor Preço Por Lote.
Número da licitação PR-CPL 7.0003/16 GT
Processo SEPNET: 201611867000106

Objeto: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada no fornecimento de compra de toners, cilindros, desktops, racks de telecomunicações, impressora de etiquetas e software de prateleira, conforme detalhamentos consignados no termo de referência.

Data de abertura: 19/04/2016 às 10:00 h

Edital e anexos disponíveis, em www.comprasnet.gov.br e <http://licitacoes.celggt.com/>

PR-CPL – Comissão Permanente de Licitação



GOIÁS

CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO PORTARIA Nº 06 / 2016

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação – PR-CPL, no uso das atribuições conferidas pelas Resoluções GT nº 18/12 e 24/12, e Portarias nº 33/12, 68/15 da Diretoria da CELG GT;

RESOLVE

1. Determinar os procedimentos vinculados à Lei 8.666/93, de 21/06/93, e 10.520, de 17/07/02, e legislações complementares, para reunir e processar os documentos básicos da licitação PR-CPL Nº. 7.0003/16 GT, processo administrativo nº2016/500005-03 na modalidade Pregão Eletrônico.

2. Designar como PREGOEIRO, o empregado da Celg Geração e Transmissão S.A. – CELG GT, Fabiana Elias de Almeida, matrícula 119-3.

3. Designar para compor a Equipe de Apoio do Pregoeiro os seguintes empregados da Celg Geração e Transmissão S.A. CELG – GT:

- Tubias Edno da Silva Carrilha, Assistente de Operações, matrícula 169-7.
- Gerson Elias Rosa da Silva, Assistente de Operações, matrícula 99-1.

Goiânia, 04 de março de 2016

PR-CPL – Comissão Permanente de Licitação

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES Detran-GO

Portaria nº. 199 /2016/GP/GSG

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o servidor militar Roberto Moreira Martins, Cap PM, CPF nº 565.203.521-87, para responder pelo expediente da Gerência de Controle Regional deste Departamento, a partir de 11 de março de 2016, em substituição ao servidor militar Márcio Vicente da Silva, Ten Cel PM.

Art. 2º – Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado.

Art.3º- Às Diretorias de Gestão, Planejamento e Finanças, Operações e Técnica e de Atendimento para conhecimento e cumprimento e Gerência da Secretaria Geral para publicação.

Art. 4º- Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado.

Art. 5º- Esta portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2016.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO, em Goiânia, 21 de março de 2016.

Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente do DETRAN/GO

Portaria nº 200 /2016/GP/GSG

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - Detran/GO, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta dos autos do Processo nº 201600025045841 (Proc. Nº 201600025000131 – Sindicância nº 002/2016), especialmente o Memorando nº 294/2016 da Gerência de Auditoria deste Departamento;

RESOLVE:

Art.1º Cancelar o processo de inclusão de veículo novo referente ao veículo HONDA /NXR 150 BROS ES, ano/modelo 2012/2013, placa OMJ-5457, chassi nº 9C2KD0550DR205379, com fulcro na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal-STF, e art. 53 da Lei Estadual nº 13.800/01, para o nome de Janaina Klaubia de Oliveira, devendo o mesmo retornar ao "status quo ante", ou seja, ao nome de CCA MOTOS Ltda, tendo em vista as irregularidades verificadas na realização do citado serviço, conforme apurado pela Gerência de Auditoria desta Autarquia.

Art.2º Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado.

Art.3º À Gerência de RENAVAM e RENACH, via Diretoria Técnica e de Atendimento para cumprimento, Gerência de Auditoria para as providências devidas e Gerência da Secretaria-Geral para publicação.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - Detran/GO, em Goiânia, 21 de março de 2016.

Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente do DETRAN/GO

Portaria nº 203 /2016/GP/GSG

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta dos autos do Processo nº 201600025048005 (Sindicância Investigatória nº 002/2016), especialmente o Memorando nº 312/2016 da Gerência de Auditoria deste Departamento;

RESOLVE:

Art.1º Cancelar o serviço de transferência de propriedade do veículo Honda /NXR150 Bros Es, ano e modelo 2012/2013, cor prata, placa OMJ-5457, chassi nº 9C2KD0550DR205379, com fulcro na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal-STF e art. 53 da Lei Estadual nº 13.800/2001, do nome de CCA Motos Ltda para Janaina K. de Oliveira Lima, devendo o mesmo retornar ao "status quo ante" em nome de CCA Motos Ltda, tendo em vista as irregularidades verificadas na realização do citado serviço, conforme diligências feitas pela Gerência de Auditoria desta Autarquia.

Art.2º Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado.

Art.3º À Gerência de RENAVAM e RENACH, via Diretoria Técnica e de Atendimento para cumprimento, Gerência de Auditoria para as providências devidas e Gerência da Secretaria-Geral para publicação.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - Detran/GO, em Goiânia, 28 de março de 2016.

Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente do DETRAN/GO

Portaria nº 204 /2016/GP/GSG

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta dos autos do Processo nº. 201600025051150 (Processo nº 201600025045220), especialmente o Memorando nº. 325/2016 da Gerência de Auditoria deste Departamento.

RESOLVE:

Art. 1º- Cancelar o serviço de transferência de propriedade do veículo marca I/TOYOTA HILUX CD 4X4 SRV, ano e modelo 2013-2013, placa ONN-7630, chassi nº 8AJFY29G9D8529094, para o nome de Thaís Cândida da Costa, CPF nº 011.755.591-64, com base no artigo 53 da Lei Estadual nº 13.800/2001 e Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal-STF, devendo o veículo retornar ao "status quo ante", ou seja, ao nome de Edis Feitosa da Costa, CPF nº 349.761.321-53, tendo em vista as irregularidades verificadas na realização do citado serviço, conforme apurado pela Gerência de Auditoria.

Art. 2º - Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º - À Gerência de Renavam e Renach, via Diretoria Técnica e de Atendimento para cumprimento, Gerência de Auditoria para conhecimento e Gerência da Secretaria-Geral para publicação.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor nesta data.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO, em Goiânia, 31 de Março de 2016.

Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente do DETRAN-GO

Portaria nº 205 /2016/GP/GSG

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta dos autos do Processo nº 201600025046223 (Processo nº 201500025101552 - Sindicância Investigatória nº 149/2015), especialmente o Memorando nº 297/2016 da Gerência de Auditoria deste Departamento;

RESOLVE:

Art.1º Cancelar o serviço de transferência de propriedade do veículo VW/Golf 1.6 Sportline, ano e modelo 2012/2013, cor prata, placa JKD-3711, chassi nº 9BWAB41J6D4001056, com fulcro na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal-STF e art. 53 da Lei Estadual nº 13.800/2001, do nome de Marlon Italo e Silva para Joelson Assis Vasconcelos, devendo o mesmo retornar ao "status quo ante" em nome de Marlon Italo e Silva, tendo em vista falsificação de reconhecimento de assinatura no Certificado de Registro de Veículo-CRV para a realização do citado serviço, conforme diligências feitas pela Gerência de Auditoria desta Autarquia.

Art.2º Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado.

Art.3º À Gerência de RENAVAM e RENACH, via Diretoria Técnica e de Atendimento para cumprimento, Gerência de Auditoria para as providências devidas e Gerência da Secretaria-Geral para publicação.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - Detran/GO, em Goiânia, 23 de março de 2016.

Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente do DETRAN/GO

Portaria nº. 206 /2016/GP/GSG

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito De Goiás - DETRAN/GO, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta do processo nº 201600025046899, especialmente o Memorando nº 304/2016 da Gerência de Auditoria deste órgão;

RESOLVE:

Art. 1º- Suspender, como medida cautelar a matrícula do permissionário Massilon Lira de Vasconcelos, CRM 11349 GO, credenciado neste Departamento, tendo em vista a confissão do mesmo, em autos de Sindicância nº 223/2015, de que não está atendendo pelo DETRAN/GO, com fulcro no artigo 49 da Portaria nº 187/2016/GP/GSG, deste Gabinete,

Art. 2º- À Diretoria Técnica e de Atendimento e Diretoria de Operações para para conhecimento, Gerência de Auditoria para identificação do permissionário e logo após à Gerência de Credenciamento, Controle e Educação de Trânsito para cumprimento da penalidade e Gerência da Secretaria-Geral para publicação.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás - DETRAN/GO, em Goiânia, 22 de março de 2016.

Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente do DETRAN/GO

Portaria nº. 207 /2016/GP/GSG

O Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – DETRAN/GO, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta dos autos do Processo nº 201500025137438 - 142318514 (Processo Administrativo Disciplinar-P.A.D. nº.024/2015;

RESOLVE:

Art. 1º – Acato Parcialmente o Despacho nº 119/2016 – GEAUD, da Gerência de Auditoria, para, determinar a aplicação da penalidade de SUSPENSÃO de 03 (três) dias, ao servidor Pedro Ferreira Bernardes, ocupante do cargo de Assistente de Trânsito “D-1”, lotado na CIRETRAN de Araguaçu/GO, com sustentáculo legal nos artigos 311 e 315, § 1º da Lei 10.460/88 e suas alterações posteriores, por transgressão ao art. 303, inciso XXX, da referenciada Lei Estatutária, devendo esta penalidade ser registrada no dossiê do citado servidor.

Art. 2º - Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial do Estado.

Art. 3º – À Diretoria de Gestão, Planejamento e Finanças e Gerência de Gestão de Pessoas para conhecimento, Diretoria de Operações para ciência, Gerência de Auditoria para identificação do servidor e procuradores constituídos nos autos, e logo após à Gerência de Gestão de Pessoas para providências decorrentes.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás – Detran/GO, em Goiânia, 22 de março de 2016.

Manoel Xavier Ferreira Filho
Presidente do DETRAN/GO

Ipasgo

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Processo nº 4-9-2073047/2015

Extrato nº 027/2016

1- AS PARTES

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS/IPASGO, Autarquia Estadual com sede na Av. 1º Radial, nº. 586, Setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, CNPJ sob o nº. 01.246.693/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Francisco Taveira Neto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no RG sob o nº. 3292807 SSP/GO, portador do CPF nº. 691.360.761-04.

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A, inscrita no CNPJ sob nº 00.028.986/0009-65, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por, Wesley Marques Carlos, CI nº 1858140 SSP/GO, inscrito no CPF sob o nº 598.943.501-00.

2- DO PROCESSO LICITATÓRIO

Decorrente da licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico, nº 029/2015, conforme consta do processo nº 4-9-2073047/2015. O presente certame será regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Lei Estadual nº 18.394 de 10 de janeiro de 2014 e Decreto Estadual nº 7.468 de 20 de outubro de 2011, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993.

3- DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e fornecimento/reposição de peças, sempre que necessário, e quaisquer outros complementos necessários à execução dos serviços nos elevadores, da marca Atlas Schindler, já instalados na sede administrativa do IPASGO.

4- PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura e eficácia após sua publicação, podendo ser prorrogado por até 60 meses, mediante termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

5- VALOR DO CONTRATO

O valor total do presente Contrato será de R\$74.759,16 (setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), devendo ser empenhado para o presente exercício o valor total de R\$ 55.861,58 (cinquenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e oito centavos no programa 2016.57.04.04.122.4001.4001.03 (20) e elemento de despesa 3.3.90.39.18, constante do vigente orçamento do IPASGO, conforme empenho nº 00174 datado de 16/02/2016.

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Processo nº 4-9-2102308/2015

Extrato nº 030/2016

1- AS PARTES

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS/IPASGO, Autarquia Estadual com sede na Av. 1º Radial, nº. 586, Setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, CNPJ sob o nº. 01.246.693/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Francisco Taveira Neto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no RG sob o nº. 3292807 SSP/GO, portador do CPF nº. 691.360.761-04.

SENIOR SISTEMAS S/A, inscrita no CNPJ sob nº. 80.680.093/0001-81, neste ato representada por Jorge José Cenci, CI nº. 6008746601 SSP/RS, inscrito no CPF sob o nº. 255.454.340-20.



2- DO PROCESSO LICITATORIO

Decorrente da licitação realizada na modalidade Pregão Presencial nº004/2011, conforme consta do processo nº4-9-1578062/2011 e nº 4-9-1893722/2013, consubstanciado nas disposições do Decreto Estadual nº 7468 de 20 de outubro de 2011, da Lei Federal nº 10.520/02 e no que couber Lei Federal nº 8.666/93 (texto consolidado), celebram o presente 1º Termo Aditivo de Prorrogação ao contrato, processo nº. 4-9-2102308/2015.

3- DO OBJETO

Constitui objeto da presente Termo Aditivo a Prorrogação do serviço de atualização do sistema, serviço de suporte técnico via *help desk*, *treinamento aos usuários* e serviço de suporte técnico *"in loco"* referente a Aquisição de Sistema de Gestão Administrativa Integrada, contemplando os seguintes módulos: gestão de pessoal, controle de contas a pagar, controle de bens patrimoniais, controle de estoque e contabilidade, serviço de implantação do sistema adquirido e serviço de treinamento técnico.

4- PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de vigência do presente Termo Aditivo será de 12 (doze) meses, contados a partir de 09/03/2016 a 09/03/2017, não podendo ser mais prorrogado, conforme estabelecido no inc. II, art. 57, da Lei nº. 8.666./93.

5- VALOR DO CONTRATO

O valor total anual do presente Termo Aditivo é de **R\$181.515,44** (cento e oitenta e um mil, quinhentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos), devendo ser empenhado para o presente exercício o valor de R\$ 149.738,74 (cento e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos), no programa 2016.57.04.04.122.1057.2309.03 (20) e classificações de naturezas de despesas 3.3.90.39.16 e 3.3.90.39.29, constante do vigente orçamento do IPASGO, conforme empenhos nº 00067 e nº 00068, datados de 08/03/2016. E para o exercício subsequente à conta de dotação apropriada.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Processo nº 4-9-2102300/2015

Extrato nº 037/2016

1- AS PARTES

INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE GOIÁS/IPASGO, Autarquia Estadual com sede na Av. 1ª Radial, nº. 586, Setor Pedro Ludovico, Goiânia-GO, CNPJ sob o nº. 01.246.693/0001-60, neste ato representado pelo seu Presidente, Francisco Taveira Neto, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta capital, inscrito no RG sob o nº. 3292807 SSP/GO, portador do CPF nº. 691.360.761-04.

CLARO S.A., inscrita no CNPJ sob nº 40.432.544/0001-47, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por Gleidson Giron Porto, CI nº 3237944 SSP-GO, inscrito no CPF sob o nº 789.322.621-87.

2- DO PROCESSO LICITATÓRIO

Decorrente da licitação realizada na modalidade Pregão Eletrônico, nº 002/2013, conforme consta do processo nº 4-9-1730110/2012, consubstanciado na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº 17.928 de 27 de dezembro de 2012, Decreto Estadual nº 7468 de 20 de outubro de 2011, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, celebram o 1º Termo Aditivo de prorrogação ao contrato, processo nº. 4-9-2102300/2015.

3- DO OBJETO

Constitui o objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do contrato de empresa especializada para a prestação de serviço telefônico fixo comutado (STFC) para as unidades descentralizadas de atendimento do IPASGO localizadas em cidades no interior do Estado de Goiás, conforme especificações e condições presentes neste termo Aditivo.

4- PRAZO DE DURAÇÃO

A vigência do Termo Aditivo será de 30 (trinta) meses, compreendendo ao período de 26/03/2016 a 26/09/2018, não podendo ser mais prorrogado, conforme estabelecido no inc. II, art. 57, da Lei nº. 8.666./93.

5- VALOR DO CONTRATO

O valor total do presente Termo Aditivo, pelo período de 30 (trinta) meses é de R\$69.300,00 (sessenta e nove mil e trezentos reais), devendo ser empenhado para o presente exercício o valor estimado de R\$ 21.175,00 (vinte e um mil, cento e setenta e cinco reais) no programa 2016.57.04.04.122.1057.2309.03, e classificação de natureza de despesa 3.3.90.39.31, constante do vigente orçamento do IPASGO, conforme empenho nº. 00070, datado de 11/03/2016. E para o exercício subsequente à conta de dotação apropriada.

Goiasprev

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A PRESIDENTE DA GOIASPREV –, no uso de suas atribuições legais, em observância ao artigo 5º, LIV e LV da CRFB/88 combinado com art. 3º e 26, §4º da Lei nº 13.800 de 18 de janeiro de 2001 e art. 136 da Lei Complementar nº 77 de 22 de janeiro de 2010, os quais resguardam a prerrogativa constitucional dos princípios do contraditório e ampla defesa, NOTIFICA os aposentados abaixo relacionados que, em razão de auditoria realizada na folha de pagamento de inativos e pensionistas, constatou-se que os mesmos vem percebendo seus proventos de forma integral, entretanto, a concessão do benefício foi proporcional ao tempo de serviço. Portanto, informamos que o inteiro teor do processo estará à sua disposição pelo prazo de 10 (dez) dias, a partir da publicação desta, na Gerência de Gestão de Pessoas, Folha de Pagamento de Inativos e Pensionistas, localizada no 5º andar, bloco 03, na Av. 1ª Radial, Qd. F, nº 586, Setor Pedro Ludovico, nesta Capital.

Após transcorrido o prazo de 10 (dez) dias sem apresentação de defesa, o benefício será automaticamente corrigido.

NOME	CPF	PROCESSO
Antônio de Souza Tonha	102.545.871-00	200100002000494
Aurea Borges Santos	904.515.971-68	201500006011585
Dinã da Costa Rezende	829.676.441-53	201300006024874
Ernestina Mendes Caetano de Resende	191.395.271-15	201300006025667
Jacinta França e Silva	090.833.401-04	201300006024927
João Alberto Guimarães	049.528.471-87	201400004060614
Lusia Nascimento de Souza	162.995.231-15	201300006024848

Marlene Alves de Carvalho e Vieira

Presidente

EMPRESA PÚBLICA Emater - Em Liquidação

ESTADO DE GOIÁS
PROMOTORIA DE LIQUIDAÇÃO – PROLIQUIDAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE ALIENAÇÃO – PORTARIA N.º 037/2015

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº. 003/2016
Processo nº 201500005007629

A Empresa de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás – EMATER-GO em liquidação, pela Comissão Especial de Alienação, instituída pela Portaria nº 037/2015, da Promotoria de Liquidação – PROLIQUIDAÇÃO, informa aos interessados que o Edital de Leilão Público nº.003/2016, que teve o Aviso do Edital publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, na pág. 23, e no jornal “O Popular”, na pág. 06, ambos no dia 11.03.2016, fica retificado o seguinte trecho do Anexo IV do Edital – Escritura Pública de Compra e Venda com Alienação Fiduciária em Garantia, passando a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

“Cláusula Segunda - (...). Parágrafo Primeiro – O pagamento das parcelas, que se inicia com a 2ª (segunda) parcela com vencimento em (DATA), serão devidamente atualizadas na data do pagamento pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), incidentes a partir da data do Leilão e acrescidas de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês sobre a parcela atualizada”.

LEIA-SE:

“Cláusula Segunda - (...). Parágrafo Primeiro – O pagamento das parcelas, que se inicia com a 2ª (segunda) parcela com vencimento em (DATA), serão devidamente atualizadas na data do pagamento pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), incidentes a partir da data do Leilão e acrescidas de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês”.

COMISSÃO ESPECIAL DE ALIENAÇÃO – Portaria n.º 037/2015, em Goiânia, aos 31 dias do mês de março de 2016.

Nileia Gomes de Moraes
Presidente da C.E.A.
Jailton Paulo Naves
Liquidante da EMATER-GO em liquidação

TRIBUNAL DE CONTAS

Extrato

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA-GERAL
GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E CONTROLE
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Processo nº: 201600047000403. Contratante: Tribunal de Contas do Estado de Goiás- TCE-GO. Contratada Flexform Industria Metalúrgica Ltda (CNPJ 49.058.654/0001-65). Modalidade de Licitação: Art. 57, § 1º, II, da Lei nº 8.666/93. Objeto Original: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 67/2015 da Universidade Federal do Pará, decorrente do Pregão Eletrônico nº 20/15. Nota de Empenho nº: 00006. Dotação Compactada: 2016.0201.009. Emissão: 23/03/2016. Objeto: Aquisição de 09 (nove) poltronas presidente com encosto telado ou revestido com apoio de cabeça para a bancada do Plenário da nova sede administrativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás Fonte dos recursos: Tesouro Estadual. Valor do total: R\$ 33.742,62 (trinta e três mil setecentos e quarenta e dois reais e sessenta e dois centavos).

Marcus Vinícius do Amaral
SECRETÁRIO-GERAL

PUBLICAÇÕES PARTICULARES Editais de Convocação

COMPANHIA SÃO PATRÍCIO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CSP-G&T
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os senhores acionistas da Companhia São Patrício de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CSP-G&T, para

se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 15h do dia 25 de abril de 2016 na sede social da Companhia na Av. Presidente Vargas 618, Sala nº 6, Centro, Ceres, Estado de Goiás, CEP 76300-000, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

Assembleia Geral Ordinária:

1. Tomar as contas dos administradores: examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis e os documentos que as complementam relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015;
 2. Eleição dos membros da diretoria para o triênio 2016 / 2019, cujo mandato irá até 30.04.2019;
- ## Assembleia Geral Extraordinária:
3. Fixar o limite da despesa com honorários dos membros da Diretoria;
 4. Alterar o Estatuto Social e autorizar sua publicação;
 5. Aprovar outros assuntos de interesse da Companhia.

Ceres, 30 de março de 2016.

Ricardo de Pina Martin

Diretor

69.399

TRAMONTINA PLANALTO S.A.
CNPJ 00.142.240/0001-20 – NIRE 52300009286
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 27 de abril de 2016, às 13:00 (treze) horas, na sede social da companhia, na Rua Bom sucesso, 51, bairro Ipiranga, Goiânia, GO, para deliberarem sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:
1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015;
2. Destinação do resultado do exercício;
3. Fixar os honorários do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

Goiânia, GO, em 04 de abril de 2016.
Clovis Tramontina
Presidente do Conselho de Administração

69.417

Editais de Comunicação

IARA GOMES DE SANTANA DE TOMI, CPF nº 333.098.841-04, torna público que requereu junto à Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, a Licença de Exploração Florestal, para desmatamento de 198,00 há de Cerrado Aberto Baixo na Fazenda TENDA - NOVO HORIZONTE, zona rural de Monte Alegre de Goiás – Goiás. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

69.450

EDIMAR GUEDES DA SILVA, CPF: 619.024.541-20, torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, a Licença de Simplificada de Carvoejamento – LSC, sito Fazenda Sítio Novo, Zona Rural, Município de Mundo Novo – GO.

69.451

PAULO CEZAR CORAZZA, torna público que recebeu junto a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, a Licença de Funcionamento nº 446/2016 do Processo nº 9181/2014 para Irrigação por Pivô Central, sito Fazenda Mandaguari – Irrigação 2, Zona Rural, Município de Água Fria de Goiás – GO.

69.451

TEREZINHA SÁBIA NELLI DA SILVA, CPF: 450.073.491-00, torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, a Licença de Instalação para Loteamento “Residencial Montechiaro DI Veneza”, no Município de Nova Veneza – GO.

69.451

TEREZINHA SÁBIA NELLI DA SILVA, CPF: 450.073.491-00, torna público que requereu junto a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, a Licença de Instalação para Loteamento “Residencial Giardini DI Veneza”, no Município de Nova Veneza – GO.

69.451

VALE FERTILIZANTES S/A, torna público que recebeu junto a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, a Licença de Supressão de Vegetação Nativa para Uso Alternativo do Solo nº 514/2016 processo nº 17372/2014 para Renovação de Licença de para desmatamento em 83,0015 há, sito Fazenda Mundo Novo, Zona Rural, Município de Ouvidor – GO.

69.451

VALE FERTILIZANTES S/A, torna público que recebeu junto a Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, a Licença de Supressão de Vegetação Nativa para Uso Alternativo do Solo nº 513/2016 processo nº 13930/2014 para Renovação de Licença de para desmatamento em 33,15 há, sito Fazenda Chapadão, Zona Rural, Município de Catalão – GO.

69.451

CERRADINHO BIOENERGIA S.A.CNPJ/CPF: 08.322.396/0001-03. Torna Público que REQUEREU junto a Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, Licença de Funcionamento para a atividade de ampliação da capacidade de moagem, passando de 04 milhões de toneladas de cana/safra para 06 milhões de toneladas, com acréscimos nas áreas construídas de 7.133,90 m², sito a Faz. Âncora, Rod. GO-050, km 12, Zona Rural, Chapadão do Céu - GO.

69.451

TRANSFRIO EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO LTDA ME torna publico que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, a Licença Ambiental Simplificada - LAS, para exercer a atividade: 28.23-2-00 - Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, peças e acessórios. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

69.449



COMANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 19.613.216/001-50 TORNA PUBLICO QUE REQUEREU JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE APARECIDA DE GOIANIA, A LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA – LAS, PARA FUNCIONAMENTO: COMERCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ESTABELECID A RUA TAMOIOS QD-01 LT-01 JD IRACEMA EM APARECIDA DE GOIANIA-GO – CEP-74.975-143, O EMPREENDIMENTO NÃO SE ENQUADRA NA RESOLUÇÃO CONAMA 001/86.

69.448

SPE VENEZA – NEGÓCIOS IMOBILIARIOS LTDA CNPJ/MF: 20.399.039/0001-30 torna publico que **RECEBEU** da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA a Licença de Instalação n. 522/2016 validade 23.03.2021 referente ao processo n. 1.696/2015 p/ Loteamento, sito na Fazenda Poções, Bairro Campos Verdes, município de Turvânia/GO.

69.446

FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR CPF/MF: 601.361.701-53 torna publico que **REQUEREU** da Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos a LEF, p/ atividade de Desmatamento em uma área de 81,9035ha, sito na Fazenda São João, Zona Rural, município de Montividiu do Norte/GO, Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

69.446

INSTITUICAO ADVENT CENTRAL BRAS DE EDUC E ASS SOCIAL, CNPJ: 60.833.910/0082-42, torna público que requereu a SEMMA-Anápolis, a Licença Ambiental de Instalação– Ampliação/Reforma p/ Ampliação/Reforma de empreendimento educacional, na R. Luiz França Esq. com R. Silva Souza e R. Rodrigues, Anápolis-GO.

69.443

Fabrizio Rosso Pacheco e Outro, torna público que requereu à **Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA**, o desmatamento, para implantação da atividade agricultura irrigada na Fazenda 3ª Etapa - Lote nº 27 localizada no município de Simolândia-GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

69.444

Fabrizio Rosso Pacheco e Outro, torna público que requereu à **Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA**, o desmatamento, para implantação da atividade agricultura de sequeiro e pecuária extensiva na Fazenda Buriti - Lote nº 20 localizada no município de Simolândia-GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

69.444

A empresa **MARCIO DE SOUSA SILVA**, inscrita no CNPJ: 05.115.625/0002-01, torna público que recebeu da SECIMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, a Licença Prévia nº 254/2016, com validade até 17/02/2021 e a Licença de Instalação – LI nº 287/2016, com validade até 22/02/2022, para a atividade de Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores e de Lubrificantes, a ser edificada na Av. Itumbiara, nº 2, Qd. 7, Lt. 26, Vila Pacheco, Panamá-GO.

69.442

TERRA GOYANNA MINERADORA LTDA, torna público que **recebeu** da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás - SECIMA, Licença de Funcionamento nº 469/2016 para Extração de Minerais Metálicos (bauxita), localizada na Fazenda Santo Expedito, zona rural, município de Barro Alto/GO.

69.463

SEBASTIANA PAES DE ARAÚJO, CPF: 005.962.491-44, torna publico que **RECEBEU** da *Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás - SECIMA*, a Licença de Supressão de Vegetação Nativa para Uso Alternativo do Solo nº. 472/2016, processo nº. 16452/2014, para Desmatamento em 03,1725 ha de CAA, na Fazenda Santa Marta, denominada Baliza, Zona Rural, Município de Amorinópolis - GO. Não foi determinado estudo de impacto ambiental. Valida até 15/03/2018.

69.459

A **LCP ENGENHARIA LTDA-ME**, inscrita no CPNJ. nº10.683.948/0001-42, torna público que requereu á AMMAI - Agência Municipal do Meio Ambiente de Itumbiara, a Licença Ambiental de Operação - Renovação, para a atividade principal de Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente, situado na Via Primária I, nº112, Distrito Agro Industrial, no município de Itumbiara-GO. Não foi determinado estudo de Impacto Ambiental.

69.457

VERALDO DE ANDRADE Torna público que requereu à Secretaria do Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA, a licença de operação para a atividade de transporte de resíduos especiais e/ou produtos perigosos em Avenida Santo Antônio, Qd 09 Lt 22 Parque Santo Antônio, Santo Antônio do Descoberto – GO.

69.454

KYMER A MINE MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, torna público que **recebeu** da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos de Goiás - SECIMA, Licença de Funcionamento nº 210/2016 para Extração de Agalmatolito em fase de Guia de Utilização, localizada na Fazenda Água Fria, zona rural, município de Vianópolis/GO.

69.465

Prefeituras Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO HORIZONTE AVISO DE REVOGAÇÃO Nº 001/2016 AVISO DE REVOGAÇÃO

O Município de Alto Horizonte, AVISA que, nos termos do art. 49, da Lei nº 8666/93, e por ordem do Senhor Prefeito Municipal, REVOGOU, por interesse público, esta licitação, aberta para locação de 01 (um) veículo tipo ambulância de grande porte. Aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis junto a Secretaria de Administração e Planejamento para recurso, na forma da Lei. Alto Horizonte, 04 de abril de 2016. THIAGO LEANDRO COSTA E SILVA - Pregoeiro oficial.

69.466

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANHANGUERA AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 002/2016

O **MUNICÍPIO DE ANHANGUERA**, Estado de Goiás, através da Comissão Permanente de Licitação, **TORNA PÚBLICO** que estará recebendo inscrições para credenciamento de profissionais e empresas prestadoras de serviços na área de educação, sem vinculação empregatícia de qualquer natureza, visando a prestação de serviços junto ao município, no fornecimento/contratação de: **01(uma) profissional/prestadora área de nutrição**. Os interessados deverão encaminhar documentação endereçada à Prefeitura Municipal de Anhangüera, **entre os dias 16 a 30 de Abril de 2.016**, no horário das 08 as 11 e das 13 às 17 horas. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Anhangüera, nos horários e endereço acima indicados, ou pelo telefone (64) 3469-1105. O Edital estará disponível para retirada mediante identificação, podendo ser requisitado pelo e-mail **prefeituramunicipalanhg@hotmail.com** ou visualizado e baixado pelo site oficial do município **www.anhanguera.go.gov.br** no link licitações. Anhangüera (GO), 01 de abril de 2.016. **RAFAELA ROSA DE OLIVEIRA** - Presidente da CPL.

69.466

ESTADO DE GOIÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

Processo: PLPP002/2016

A Gestora do FMS de Anicuns, torna publico que assinou contrato com a empresa Uenderson Ferreira Ribeiro -ME, CNPJ 18.151.254/0001-76 no valor de R\$ 1.246.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS

ESTADO DE GOIÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

Processo: PLPP004/2016

A Gestora do FMS de Anicuns, torna publico que registrou uma ARP com as empresas Giz de cera papelaria e presentes Ltda-me, Proposta vencedora no valor de R\$ 6.574,00 (seis mil quinhentos e setenta e quatro reais). MERCADÃO SECOS E MOLHADOS LTDA-ME, no valor de R\$ 89.323,88 (oitenta e nove mil trezentos e vinte e três reais e oitenta e oito centavos). Primícias Com. Varejista de produtos alimentícios-me, no valor de R\$ 437.155,18 (quatrocentos e trinta e sete mil cento e cinquenta e cinco reais e dezoito centavos). Supermercado o Fartura de Secos e Molhados Ltda-me., no valor de R\$ 114.829,45 (cento e quatorze mil oitocentos e vinte e nove reais e quarenta e cinco centavos). RW Produtos e Serviços Ltda-ME, no valor de R\$ 34.654,09 (trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos). Jair Balduino de Souza LTda-ME., no valor de R\$ 43.625,60 (quarenta e três mil seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS

ESTADO DE GOIÁS FMAS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

Processo: PLPP005/2016

A Gestora do FMAS, torna publico que a registrou uma ata de Registro de Preços com as empresas Giz de cera papelaria e presentes Ltda-me, no valor de R\$ 8.449,05 (oito mil quatrocentos e quarenta e nove reais e cinco centavos), MERCADÃO SECOS E MOLHADOS LTDA-ME, no valor de R\$ 117.956,65 (cento e dezessete mil novecentos e cinquenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), Primícias Com. Varejista de produtos alimentícios-me, no valor de R\$ 334.966,90 (trezentos e trinta e quatro mil novecentos e sessenta e seis reais e noventa centavos). Supermercado o Fartura de Secos e Molhados Ltda-me, Proposta vencedora no valor de R\$ 114.164,99 (cento e quatorze mil cento e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Giseli Lopes e Silva
Gestora do FMAS

ESTADO DE GOIÁS MUNICIPIO DE ANICUNS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

Processo: PLPP006/2016

O Prefeito de Anicuns, torna publico que o Pregão Presencial 006 de 2016 encerrou-se Fracassado.

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

Processo: PLPP007/2016

A Gestora do FMS de Anicuns, torna publico que o Pregão Presencial nº 007 de 2016 encerrou-se fracassado..

Anicuns, 10 de março de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS

ESTADO DE GOIÁS FMAS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

Processo: PLPP008/2016

A Gestora do FMAS, torna publico que o Pregão Presencial 008 de 2016 encerrou-se Fracassado.

Anicuns, 10 de março de 2016.

Giseli Lopes e Silva
Gestora do FMAS

ESTADO DE GOIÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

Processo: PLPP009/2016

A Gestora do FMS de Anicuns, torna publico que assinou contrato com a empresa Francisco Xavier Dias Neto 35357738149, CNPJ 13.254.874/0001-17 no valor de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS

ESTADO DE GOIÁS MUNICIPIO DE ANICUNS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

Processo: PLPP010/2016

O Prefeito de Anicuns, torna publico que a registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Posto Montenegro Ltda-ME, CNPJ 24.866.733/0001-71 no valor de R\$ 2.330.508,00 (dois milhões trezentos e trinta mil quinhentos e oito reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

Processo: PLPP011/2016

A Gestora do FMS de Anicuns, torna publico que a registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Posto Montenegro Ltda-ME, CNPJ 24.866.733/0001-71 no valor de R\$ 648.053,00 (seiscentos e quarenta e oito mil e cinquenta e três reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS

ESTADO DE GOIÁS FUNDEB EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

Processo: PLPP012/2016

O Gestor do Fundeb, torna publico que o FUNDEB registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Posto Montenegro Ltda-ME, CNPJ 24.866.733/0001-71 no valor de R\$ 380.085,00 (trezentos e oitenta mil, oitenta e cinco reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Ironi Felipe de Brito
Gestor do Fundeb

ESTADO DE GOIÁS FMAS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016

Processo: PLPP013/2016

A Gestora do FMAS, torna publico que a registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Posto Montenegro Ltda-ME, CNPJ 24.866.733/0001-71 no valor de R\$ 148.354,80 (cento e quarenta e oito mil trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Giseli Lopes e Silva
Gestora do FMAS

ESTADO DE GOIÁS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

Processo: PLPP014/2016

O Secretário de Educação, torna publico que a registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Posto Montenegro Ltda-ME, CNPJ 24.866.733/0001-71 no valor de R\$ 382.863,00 (trezentos e oitenta e dois reais oitocentos e sessenta e três centavos).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Ironi Felipe de Brito
Secretário de Educação

ESTADO DE GOIÁS MUNICIPIO DE ANICUNS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016

Processo: PLPP015/2016

O Prefeito de Anicuns, torna publico que registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Masel Prestadora de serviços e Construções Ltda-Me, CNPJ 18.341.815/0001-08 no valor de R\$ 1.517.500,00 (um milhão quinhentos e dezessete mil e quinhentos reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS MUNICIPIO DE ANICUNS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

Processo: PLPP037/2015

O Prefeito de Anicuns, torna publico que a registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Lucian Louredo Gomes de Araujo, CNPJ 09.207.392/0001-39 no valor de R\$ 137.800,00 (cento e trinta e sete mil e oitocentos reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2015

Processo: PLPP043/2015

A Gestora do FMS de Anicuns, torna publico que assinou contrato com a empresa C&C Hospitalar Ltda-ME, CNPJ 36. no valor de R\$ 78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS

ESTADO DE GOIÁS MUNICIPIO DE ANICUNS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015

Processo: PLPP048/2015

O Prefeito de Anicuns, torna publico que assinou contrato com a empresa Itaú Unibanco SA, CNPJ 60.701.790/0001-04, visando a venda da folha de pagamento do município, no valor de R\$ 830.001,00 (oitocentos e trinta mil e um reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS MUNICIPIO DE ANICUNS EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2015

Processo: PLPP049/2015

O Prefeito de Anicuns, torna publico que registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Nilton Oscar de Moraes & Cia Ltda-ME, CNPJ 02.366.706/0001-05 no valor de R\$ 39.852,68 (trinta e nove mil oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns



ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ANICUNS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2015

Processo: PLPP054/2015

O Prefeito de Anicuns, torna publico que registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Vizzion Autocenter Ltda-ME, CNPJ 10.718.769/0001-01 no valor de R\$ 32.625,00 (Trinta e dois mil seiscentos e vinte e cinco reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ANICUNS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2015

Processo: PLPP055/2015

O Prefeito de Anicuns, torna publico que registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Vizzion Autocenter Ltda-ME, CNPJ 10.718.769/0001-01 no valor de R\$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS
FMS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2015

Processo: PLPP056/2015

A Gestora do FMS, torna publico que registrou uma ata de Registro de Preços com a empresa Vizzion Autocenter Ltda-ME, CNPJ 10.718.769/0001-01 no valor de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE ANICUNS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2015

Processo: PLPP057/2015

O Prefeito de Anicuns, torna publico que registrou uma ata de Registro de Preços com as empresas Lider Comercial Ltda-ME, CNPJ 03.076.229/0001-06, no valor de R\$ 12.930,58 (doze mil novecentos e trinta reais e cinquenta e oito centavos). Jair Balduino de Souza O GOIANO, CNPJ 01.139.803/0001-94, no valor de R\$ 47.152,18 (quarenta e sete mil cento e cinquenta e dois reais e dezoito centavos). Cianorth Comercio e Serviços Ltda-ME, CNPJ 19.103.397/0001-75, no valor de R\$ 61.923,13 (sessenta e um mil novecentos e vinte e três reais e treze centavos). Primicias Com. Vare. De Produtos Alimentícios Ltda-ME, CNPJ 12.026.078/0001-64, no valor de R\$ 276.031,45 (duzentos e setenta e seis mil, trinta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2015

Processo: PLPP058/2015

O Secretário de Educação, torna publico que a registrou uma ata de Registro de Preços com as empresas Jair Balduino de Souza O GOIANO, no valor de R\$ 134.858,25 (cento e trinta e quatro mil oitocentos e cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos). MERCADÃO SECOS E MOLHADOS LTDA-ME, no valor de R\$ 296.906,50 (duzentos e noventa e seis mil novecentos e seis reais e cinquenta centavos). Primicias Com. Varejista de produtos alimentícios-me, no valor de R\$ 993.804,69 (novecentos e noventa e três mil oitocentos e quatro reais e sessenta e nove centavos). RWV Produtos e Serviços Ltda-ME, no valor de R\$ 43.825,44 (quarenta e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e quatro centavos). Stock Comercial LTda-EPP, no valor de R\$ 76.022,50 (setenta e seis mil, vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Anicuns, 10 de março de 2016.

Ironi Felipe de Brito
Secretário de Educação

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2016

Processo: PLPP019/2016

O Prefeito de Anicuns torna publico que se encontra aberto no Município de Anicuns licitação para contratação de empresa para aquisição de tratores, a abertura do presente processo será no dia 19 de abril de 2016 às 08h da manhã, demais informações no site Anicuns.go.gov.br ou pelo telefone 35643559.

Anicuns, 04 de abril de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANICUNS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

Processo: PLPP020/2016

A Gestora do FMS de Anicuns torna publico que se encontra aberto no Município de Anicuns licitação para contratação de empresa para prestação de medicamentos, a abertura do presente processo será no dia 19 de abril de 2016 às 09h da manhã, demais informações no site Anicuns.go.gov.br ou pelo telefone 35643559.

Anicuns, 04 de abril de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANICUNS
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

Processo: PLPP021/2016

O Prefeito de Anicuns torna publico que se encontra aberto no Município de Anicuns licitação para contratação de empresa para manutenção corretiva e preventiva da frota municipal, a abertura do presente processo será no dia 21 de abril de 2016 às 08h da manhã, demais informações no site Anicuns.go.gov.br ou pelo telefone 35643559.

Anicuns, 04 de abril de 2016.

Manoel Vicente Vieira
Prefeito de Anicuns

ESTADO DE GOIÁS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016

Processo: PLPP022/2016

A Gestora do FMS de Anicuns torna publico que se encontra aberto no Município de Anicuns licitação para contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de veículos, a abertura do presente processo será no dia 21 de abril de 2016 às 10h da manhã, demais informações no site Anicuns.go.gov.br ou pelo telefone 35643559.

Anicuns, 04 de abril de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS

ESTADO DE GOIÁS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

Processo: PLPP023/2016

A Gestora do FMS de Anicuns torna publico que se encontra aberto no Município de Anicuns licitação para contratação de empresa para manutenção preventiva e corretiva de veículos, a abertura do presente processo será no dia 21 de abril de 2016 às 13h da manhã, demais informações no site Anicuns.go.gov.br ou pelo telefone 35643559.

Anicuns, 04 de abril de 2016.

Cledia Lopes
Gestora do FMS

69.461

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BARRO ALTO
1º RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016.
O Município de Barro Alto-Go, torna público, para conhecimento dos interessados que houve alteração no item 5 do Termo de Referência, que trata do prazo de entrega. Permanecem a mesma data e horário para realização do referido pregão, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE MOCHILAS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**. Os interessados poderão adquirir o Edital no site www.barroalto.go.gov.br, maiores informações no fone: (62) 3347-6119. **Barro Alto – GO, 04 de abril de 2016. JULIANA AMORIM DOS SANTOS - C.P.L.**

69.466

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2016.

Valor: R\$ 404.278,54 (quatrocentos e quatro mil e duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos) **Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de Gêneros Alimentícios e Gás Engarrafado, para atendimento da merenda escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação; Sede Administrativa do município, Lotado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Agricultura; Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF 301 e UBSF 302), Sede do Fundo Municipal de Saúde e Hospital e Maternidade Municipal, Lotados no Fundo Municipal de Saúde, durante o período de março a dezembro do corrente ano de 2016, conforme especificações e quantidades relacionadas no Termo de Referência ANEXO I do edital. **Partes:** Contratante – Município de Britânia Go CNPJ: 02.296.325/0001-99 e Contratadas – **DISTRIBUIDORA GARRA LTDA ME, CNPJ: 13.704.592/0001-74**, representada pelo seu sócio proprietário o Senhor Antônio Eterno da Silva, portador do CPF: 795.936.661-68, o valor de R\$173.744,45 (cento e setenta e três mil e setecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos); **F. R. DISTRIBUIDORA DE GÁS E BEBIDAS EIRELI ME, CNPJ: 20.921.729/0001-08**, representada pelo seu sócio proprietário o Senhor José Allison Vieira da Silva, portador do CPF: 004.583.141-61, o valor de R\$25.547,00 (vinte e cinco mil e quinhentos e quarenta e sete reais); **J. R. LEITE - EPP, CNPJ: 02.990.132/0001-33**, representada pelo seu representante legal o Marcelo Theodoro Soares, portador do CPF: 833.877.731-53, o valor de R\$204.987,09 (duzentos e quatro mil e novecentos e oitenta e sete reais e nove centavos). **Vigência:** 22 de março de 2016 a 31 de dezembro de 2016. **Data de Assinatura:** 22 de março de 2016.

Carlos Vitor Martins e Cunha
Prefeito Municipal

69.456

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS – GO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2016 SRP Nº 016/2016

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Caldas Novas, no uso de suas atribuições legais torna publico para conhecimento dos interessados que às **09h00min do dia 19 de Abril de 2016**, na sede do órgão, a Avenida Orcalino Santos, 283 Centro, Caldas Novas – Goiás fará realizar o **PREGAO PRESENCIAL Nº 043/2016 SRP Nº 016/2016 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIARIA HORIZONTAL (TINTA, DILUENTE E MICROESFERA), QUE SERAO APLICADOS DIRETAMENTE NA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DO MUNICÍPIO DE CALDAS NOVAS DURANTE O ANO DE 2016 PARA DEVIDA MANUTENÇÃO/RENOVAÇÃO, AMPLIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE NOVAS SINALIZAÇÕES VIARIAS, de acordo com o TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I). A cópia completa do edital poderá ser retirada no endereço acima – Comissão de Licitação ou pelo site: www.caldasnovas.go.gov.br**

ROSANE RODRIGUES ROSA
Pregoeira da Comissão Permanente de Licitação

FMS - CATALÃO

CREDENCIAMENTO 01/2015 TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social – Contratada: João Manoel Borges de Oliveira – CPF: 040.113.831-39 – Objeto: Contratação de profissional para prestação de serviços como instrutor para ministrar aulas de hip hop – Valor global: R\$9.000,00 – Vigência: 01/03/2016 a 31/07/2016. Catalão, 04 de abril de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2016
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social – Contratada: Maria Laura da Silva – CPF: 769.384.843-68 – Objeto: Contratação de profissional para prestação de serviços como instrutor para ministrar aulas de crochê de banheiro – Valor global: R\$9.000,00 – Vigência: 01/03/2016 a 31/07/2016. Catalão, 04 de abril de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2016
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social – Contratada: Michele Christine Borges – CPF: 044.551.581-38 – Objeto: Contratação de profissional para prestação de serviços como instrutor para ministrar aulas de taekwondo – Valor global: R\$9.000,00 – Vigência: 01/03/2016 a 31/07/2016. Catalão, 04 de abril de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2016
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social – Contratada: Luana Soares de Barros – CPF: 048.588.111-07 – Objeto: Contratação de profissional para prestação de serviços como instrutor para ministrar aulas de teatro – Valor global: R\$9.000,00 – Vigência: 01/03/2016 a 31/07/2016. Catalão, 04 de abril de 2016.

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 06/2016
Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social – Contratada: Josiane Pires Ferreira – CPF: 005.879.531-60 – Objeto: Contratação de profissional para prestação de serviços como instrutor para ministrar aulas de tapetes em fio – Valor global: R\$9.000,00 – Vigência: 01/03/2016 a 31/07/2016. Catalão, 04 de abril de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE CATALÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

Contratante – Secretaria Municipal de Infraestrutura de Catalão-GO– Contratada – Marciel Martins Pires – ME – CNPJ: 16.623.236/0001-14 – Objeto: Registro de preço para eventual contratação de 6.600 sacos de cal hidratada CH-1 para ser utilizado na usina móvel de micropavimento de asfalto – Valor: R\$56.760,00 – Vigência: 28/03/2016 a 28/03/2017. 04 de abril de 2016. CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATALÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 019/2016

O Município de Catalão-GO torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço por Item", nodia**19/04/2016 às 14:00 horas**, visando a **Aquisição de conjunto escolar infantil (mesa e cadeira) formatado trapézio e Carteiras tipo Universitária, para atender a Rede Municipal de Educação**, de acordo com as condições, estabelecidos no edital e seus anexos. Informações pelo fone: (64)3441-5061 / 3441-5014- e-mail: licitacao@catalao.go.gov.br. Site: www.catalao.go.gov.br. Catalão, aos 04 dias do mês abril de 2016. Alirio Gama Filho - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 03/2016

O Município de Catalão - GO, torna público que fará realizar licitação na modalidade Tomada De Preços 03/2016, no dia 25/04/2016 às 09:00 horas, visando a seleção e contratação de empresa especializada para execução de reforma e ampliação da Escola Municipal Arminda Rosa De Mesquita e quadra de esportes situada na Fazenda São Domingos, Zona Rural da cidade de Catalão, com fornecimento de mão de obra e materiais, conforme projeto básico, memorial, planilha orçamentária, partes integrantes do Edital. Informações pelos fones: (64) 3441-5061 / 3441-5044, email: licitacao@catalao.go.gov.br - Catalão – GO 01 de abril de 2016. Alirio Game Filho Presidente da CPL.

69.466

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ DE GOIÁS

Torna público que requereu à **Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA** a Licença Ambiental Modalidade Licença Prévia para atividade de **DRENAGEM URBANA**. Localizada às Ruas: GO 225, Rua contorno-Distrito de Aparecida de Loyola, município de Corumbá de Goiás-GO.

69.466

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBAIBA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2016

O Município de Corumbaíba-GO, torna público para conhecimento dos interessados que às 08h00min do dia 20 (vinte) de abril de 2016, na sede da Prefeitura, sito a Rua Simon Bolívar, nº 58, Bairro Centro, Corumbaíba – GO (no departamento de licitação), em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para registro de preços para eventual aquisição de Massa Asfáltica e Emulsão Asfáltica, esclarecendo que a presente licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, pela Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar nº. 123/2006. O edital e maiores informações poderão ser obtidas no site (www.corumbaiba.go.gov.br) ou na sede do Poder Executivo Municipal, situada na Rua Simon Bolívar nº. 58, centro, CEP: 75.680-000, fone (064) 9279-6421, no horário de expediente. Corumbaíba-GO, 06 de abril de 2016 - Maria Inês da Silva - Pregoeira

69.453

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA
RETIFICAÇÃO

Extrato de contratos. contratos Emergenciais. Objeto: **Prestação de serviços de Transporte Escolar**. Contratada: **COOPERATIVA TRANSPORTES COOPERBRAS**. CNPJ: **19.444.251/0001-93**. Valor contratual Total é de **R\$ 15.136,00** (quinze mil cento e trinta e seis reais). Contratada: **GEOVANE PEREIRA DA SILVA**. CNPJ: **18.657.216/0001-90**. Valor contratual Total é de **R\$ 26.677,20** (vinte e seis mil seiscentos e setenta e sete reais e vinte centavos). Contratada: **TRANSPORTES VELOSO EIRELI-EPP**. CNPJ: **18.018.381/0001-00**. Valor contratual Total é de **R\$ 22.059,00** (vinte e dois mil e cinquenta e nove reais). Contratada: **MARAJÓ TRANSPORTES E TURISMO LTDA –ME**. CNPJ: **15.507.402/0001-54**. Valor contratual Total é de **R\$ 359.856,68** (trezentos e cinquenta e nove mil oitocentos e cinquenta e seis reais sessenta e oito centavos).

EXTRATO DE CONTRATO DE REPASSE

CONTRATO DE REPASSE Nº 010/2016. Partes: como Concedente: o Município de Cristalina – CNPJ nº 01.138.122/0001-01, como Conveniente: Unidade Prisional de Porte 3 da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária - CNPJ nº 13.199.944/0001-81. OBJETO: para apoiar as atividades de manutenção do presídio local. VALOR: R\$ 18.714,40 (dezoito mil, setecentos e quatorze reais e quarenta centavos); PRAZO: 01/03/2016 a 31/12/2016. DATA: 01 de março de 2016. SIGNATÁRIOS: João Carlos Fachinello, Vice Prefeito em exercício; Diana Gonçalves Moreira da Silva Supervisora da Cadeia Municipal.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

O MUNICÍPIO DE CRISTALINA, Estado de Goiás, com sede à Praça José Adamian, por intermédio de sua PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, torna publico aos interessados que às **09:00 horas do dia 26 de abril de 2016, na Sala de Reuniões do GGIM, situado na Rua Visconde de Mauá, s/nº, Setor Sul I, Cristalina/GO**, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para aquisição de medicamentos, materiais laboratoriais e hospitalares, o qual será processado e julgado de conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002 subsidiariamente à Lei nº. 8.666/1993, de 21.06.1993 e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº. 123/2006. O Edital completo poderá ser retirado na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA**, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:30 às 17:00h e pelo site da prefeitura www.cristalina.go.gov.br. Informações pelo telefone (61) 3612-3874. Publique-se. Cristalina-GO, 04 de abril de 2016. Pollyanna Xavier de Lima – Pregoeira.

69.466

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016

O MUNICÍPIO DE CRISTALINA, Estado de Goiás, com sede à Praça José Adamian, por intermédio de sua PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO, torna publico aos interessados que às **09:00 horas do dia 26 de abril de 2016, na Sala de Reuniões do GGIM, situado na Rua Visconde de Mauá, s/nº, Setor Sul I, Cristalina/GO**, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para aquisição de medicamentos, materiais laboratoriais e hospitalares, o qual será processado e julgado de conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002 subsidiariamente à Lei nº. 8.666/1993, de 21.06.1993 e suas posteriores alterações, Lei Complementar nº. 123/2006. O Edital completo poderá ser retirado na sede da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTALINA**, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:30 às 17:00h e pelo site da prefeitura www.cristalina.go.gov.br. Informações pelo telefone (61) 3612-3874. Publique-se. Cristalina-GO, 04 de abril de 2016. Pollyanna Xavier de Lima – Pregoeira.

69.466



**ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2016**

O MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA – ESTADO DE GOIÁS torna público, aos interessados que fará no dia 25 de ABRIL de 2016, as 09 horas, licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DO ESPORTE NO JARDIM ESPERANÇA NO MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA, Conforme descrito no Edital e seus anexos. O Edital está disponível no site www.goianesia.go.gov.br, e junto a Comissão permanente de Licitações

Informações complementares pelos telefones (062) 3389-9449 e 3389-9451.

Goianésia – Goiás, 04 de abril de 2.016.

**MARIA N ILVA MONTEIRO
PREGOEIRA**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATUBA
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2016
A PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIATUBA,**

de Goiátuba Estado de Goiás, torna público, que fará realizar no dia 09 de Maio de 2016, às 09h00min horas, na Rua São Francisco, 570, Centro, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo proposta de MENOR PREÇO, Regime de Execução Empreitada por Preço Global, objetivando a Contratação de Empresa Especializada para a Construção de uma Creche, projeto Proinfância – Tipo 1 – 220V, denominado Creche Vila Mutirão, localizada na Rua Candido Luiz de Castilho no Setor Vila Mutirão, conforme memoriais descritivos, planilhas e projetos em anexos, nos termos do acordo firmado entre o Município e o Governo Federal pelo Termo de Compromisso PAC2 - 07263/2013, recurso financeiros transferidos pelo FNDE/MEC, objeto de financiamento pelo programa PROINFÂNCIA, de acordo com as normas da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Complementar 123/06 e especificações, quantitativos no termo de referência no presente processo licitatório. O presente edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, ou pelo fone (064) 3495-0077.

Goiatuba, 04 de Abril de 2016.

**JOSÉ NILTON RIBEIRO - Gestor Municipal
JOSÉ VIEIRA DO PRADO - Presidente CPL**

**FMS - GOUVELÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016**

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOUVELÂNDIA, Estado de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 25 DE ABRIL 2016, às 09:00 horas, em sua sede, sito à Av. Setenópolis nº359, centro, nesta cidade, PREGÃO PRESENCIAL 004/2016, do tipo Registro de Preços, menor preço por item, tendo por objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALAR PARA MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, no couter, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O Edital e maiores informações, poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente, pelo site www.gouvelandia.go.gov.br, ou pelo telefone 0**64 3653-1116. Gouvelândia - Go, aos 04 dias do mês de abril de 2016. José Mariano Filho - Pregoeiro

69.466

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INHUMAS
AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016**

A Prefeitura Municipal de Inhumas torna público para conhecimento dos interessados que às 08hs30min do dia 19 de abril de 2016, na sede do Poder Executivo Municipal, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, para Contratação de empresa para o fornecimento de Massa Asfáltica a Pré-misturada a frio (PMF) e Emulsão Asfáltica RR-1C, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal n.º 10.520/2002, e, subsidiariamente, às normas da Lei n.º 8.666/93. O edital e maiores informações poderão ser obtidas no site (HTTP: www.inhumas.go.gov.br) ou na sede do Poder Executivo Municipal, situada na Av. Wilson Quirino de Andrade, Qd. 01, n.º 450 Bairro Anhanguera I, Inhumas - GO, CEP: 75.400-000, fone (62) 3511-2121, Ramal 210, no horário de expediente. Inhumas, 06 de abril de 2016. Rogério Sousa Silva-Pregoeiro

69.458

FMAS - ITABERAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social de Itaberaí, CNPJ nº 18.174.682/0001-14, por intermédio do Pregoeiro e Equipe de Apoio do Município de Itaberaí/GO, designados pelo Decreto nº 524/2015, de 09/02/2015, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 19 de Abril de 2016, as 09h00, na sede do Município, Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, destinada contratação de Serviços de Locação de 02 Veículos, de acordo com as condições estabelecidas no edital e seus anexos, regido pelas disposições da Lei nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente a lei nº 8.666/1993. O edital, anexos e planilhas de proposta e de credenciamento emitida pelo programa GP Pregão, poderão ser obtidos no site www.itaberaigo.gov.br ou cópia junto à Comissão Permanente de Licitação do Município, situada na Praça Balduino da Silva Caldas, s/n, Centro, Itaberaí/GO, CEP 76630-000, no horário das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00. Maiores informações pelo telefone (62)3375-2996.Itaberaí aos 05 de abril de 2016. Jaci Garcia Teodoro Filho-Pregoeiro.

69.466

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAUCU – GO

AVISO DE CONCURSO PÚBLICO

RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS

A COMISSÃO ESPECIAL DE CONCURSO PÚBLICO, de acordo com as atribuições que lhes são conferidas, por meio do DECRETO Nº 144, de 05 de outubro de 2015 e as Leis Complementares Municipais nºs 614/2003, 704/2007, 770/2011882/2014, 892/2014, 895/2014, 900/2015, 922/2015 e 926/2015, divulga a O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA DE TÍTULOS do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Itaucu publicado no site www.institucidades.org.br. Itaucu, 31 de março de 2016 - Presidente da Comissão.

69.466

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOPOLDO DE BULHÕES - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - EXTRATO DE CONTRATO - N.º 017/2016 - Licitação modalidade: CREDENCIAMENTO - Contratante: Secretaria Municipal de Educação de Leopoldo de Bulhões / FUNDEB 40 - Objeto: Contratação de serviços de profissional Graduado em PSICOPEDAGOGIA, para atender alunos com necessidades especiais e dificuldades de aprendizado que estudam em Escolas da Rede Municipal de Ensino, incluindo orientações pedagógicas aos professores regentes e de apoio, exercendo carga horária de 20 horas semanais. Prazo de Validade: Até 31 de Dezembro de 2016, contados a partir da data de sua assinatura. PESSOA FÍSICA: CLÉA DOMINGUES DA PAIXÃO AMARAL. CPF: 439.576.501-78 VALOR MENSAL: R\$. 2.800,00

69.455

PREFEITURA DE MONTIVÍDIU DO NORTE-GO

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/16

EXTRATO DO EDITAL 01 ABERTURA E REGULAMENTO GERAL

A PREFEITURA DE MONTIVÍDIU DO NORTE-GO, com sede na Rua Rita Cândida de Jesus nº 32, Centro, Montividiu do Norte-GO, (62) 3384-6282, Cep. 76.465-000, através da Comissão Especial do Concurso Público - CECIP, nomeada pelo Decreto nº 015/16, torna público que no período de 06/05/16 a 26/05/16 serão realizadas inscrições do Concurso Público n. 01/16 para preenchimento de vagas e cadastro de reserva no quadro de pessoal da Prefeitura. O edital completo e seus anexos estão disponíveis na sede da Prefeitura e sites www.itame.com.br ou www.montividuonorte.go.gov.br. Montividiu do Norte, aos 30/03/16. Luiz Carlos de Paiva. Presidente da CECIP

69.462

ESTADO DE GOIÁS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIMOSO DE GOIÁS

RESULTADO DE REABERTURA DO PREGÃO 002-2016

O Pregoeiro do Município de Mimoso de Goiás-GO, torna público que a reabertura do Pregão Presencial do tipo Menor Preço por item de Nº 002/2016, que teve como objeto a aquisição de duas Patrulhas Mecanizadas foi realizado no dia 01 de ABRIL de 2016 e teve como ganhadora para o Item 01 a empresa MAX COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CAMINHÕES LTDA- CNPJ:07.659.172/0001-10, no valor de R\$ 267.000,00(duzentos e sessenta e sete mil reais) e para o item 02 a empresa BRASIF S/A EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO-CNPJ:52.226.073/0014-14 no valor de 260.000,00(duzentos e sessenta mil reais).Mimoso de Goiás, 04 de ABRIL de 2016. LILIAN KELLY DE C. M. DA SILVA – Pregoeira.

69.447

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO

PARTES: MUNICÍPIO DE PEROLÂNDIA E A EMPRESA TERRA AZUL GEOPROCESSAMENTO E PROJETOS EIRELI – ME. FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e alterações posteriores. OBJETO: Em regime de empreitada tipo menor preço global, para contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia. VALOR: R\$ 464.128,61 (quatrocentos e sessenta e quatro mil cento e vinte e oito reais e sessenta e um centavos). VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses. LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2016. DOTAÇÃO: 12.365.0006.1.009 – 4.4.90.51.00. Perolândia - GO, 1º de abril de 2016. Reinilda Rosa Pereira Santana -Secretária Municipal de Administração.

69.466

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA

PREGÃO Nº 016/16 - CONVOCAÇÃO

A Pregoeira do Município de Piracanjuba/GO, através da Secretaria de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os representantes das Empresas Dental Rezende Ltda, Delta Med, Giga Comercial de Prod. Hosp. Alim. e Sup. Ltda-ME, Objetiva Produtos e Serviços para Laboratório Ltda-EPP, RM Hospitalar Ltda e Supermédica Dist. Hospitalar Eireli-MT, no dia 07 de abril de 2016, às 08h00min, para a continuidade do Pregão Presencial nº 16/16. Maiores informações pelo telefone (64) 3405-4003 ou pelo e-mail licitacaopiracanjuba@hotmail.com. Piracanjuba-GO, 04 de abril de 2016. Jaqueline Julia de Castro – Pregoeira.

69.466

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE – ESTADO DE GOIÁS
- AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 004/2016

TIPO: Menor Preço por Empreitada Global

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil, mediante o regime de empreitada global, para reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde – UBS do Bairro Valdeci Pires, localizada na Avenida Atlântica, esquina com a Avenida Beija Flor, Município de Rio Verde – GO, conforme especificações do Termo de Referência, Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Estimativa Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos anexos ao processo.

DATA/HORÁRIO: 26 de abril de 2016 às 09h00min.
MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverdego.gov.br, e Sala de Licitação – situada à Av. Presidente Vargas, n.º 3215, vila Maria, CEP: 75905-900, Rio Verde – GO. Fone 64-3602-8021/8070, em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 04 de abril de 2016.

**WESLEY SANTOS FERREIRA
Presidente/CPL**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE – ESTADO DE GOIÁS
- AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 016/2016 - SRP

TIPO: Menor Preço;

JULGAMENTO: Menor Preço por item.

OBJETO: Registro de Preços para futura aquisição de móveis, equipamentos e materiais hospitalares para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações do ANEXO – Termo de Referência, do Edital.

DESPACHO: Considerando a necessidade de realizar alterações no Edital corrigindo eventuais falhas, a Autoridade Competente decidiu SUSPENDER SINE DIE a presente licitação que seria dia 06/04/2016 as 09:00hs.

MAIORES INFORMAÇÕES: www.rioverdegoias.com.br, e Sala de Licitação – situada à Av. Presidente Vargas, n.º 3215, vila Maria, CEP: 75905-900 Rio Verde – GO. Fone 64-3602-8021, 3602-8070 em horário de expediente.

Rio Verde – Goiás, 01 de Abril de 2016.

**CLÁUDIA CRUVINEL MARQUES SANTIAGO
PREGOEIRA**

MUNICÍPIO DE RUBIATABA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO
RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO – EDITAL Nº 011/2016**

O Município de Rubiataba torna público para conhecimento de interessados que a licitação – PREGÃO PRESENCIAL – EDITAL 011/2016 – Sistema de Registro de Preços, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA, COPA E COZINHA, ACONDICIONAMENTO E EMBALAGENS, GAS DE COZINHA E OUTROS, para atender as necessidades das diversas secretarias e fundos do Município de Rubiataba, que teve como vencedoras do processo licitatório as empresas: ALEX LUIZ DA SILVA E JAISER LTDA - ME - CNPJ 09.344.161/0001-77, os seguintes itens: 2, 3, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 24, 34, 38, 39, 50, 53, 54, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 76, 78, 80, 81, 88, 90, 91, 92, 94, 98, 112, 113, 114, 115, 116, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 164, 166, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 196, 197, 198, 201, 203, 204, 206, 211, 213, 215, 217, 218, 227, 229, 230, 236, 239, 240, 243, 249, 250, 251, 252, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 273, 274, 275, 276, 280, 281, 282, 283, 287, 290, 293, que perfaz o quantitativo de R\$ 692.699,88; FÁRIA GYN PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME - CNPJ 07.340.874/0001-37, os seguintes itens: 212, 216, 226, 237, 238, 241, 277, 291, 292, 299, 300, que perfaz o quantitativo de R\$ 246.564,10; SEMATMIX COM REP E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 19.508.565/0001-02, os seguintes itens: 1, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 18, 25, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 56, 57, 58, 60, 61, 221, 224, 225, 231, 232, 233, 234, 242, 244, 246, 247, 248, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 261, 262, 270, 271, 272, 279, 294, 295, 296, 297, 298, que perfaz o quantitativo de R\$ 87.379,74. COMUNICA assim o resultado final do procedimento, não se perdendo de vista que a ATA de Registro de Preços encontra-se publicado na íntegra no site do município www.rubiataba.go.gov.br. Rubiataba, 04 de abril de 2016. Darlene Keila de Sousa Reis – Pregoeira.

69.466

**Município de São Luís de Montes Belos - Estado de Goiás
AVISO DE PUBLICAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS DE MONTES BELOS, Goiás, através da PREFEITURA, com sede na Rua Rio da Prata nº 662, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ n. 02.320.406/0001-87, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação do recebimento da Licença Ambiental Simplificada - LAS, Nº 003/2016, referente processo nº 809/16 - pavimentação asfáltica, construção de meios-fios (com e sem sarjeta) e execução de sinalizações verticais e horizontais. Maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, em horário de expediente ou pelo telefone (64) 3671-1227 e (64) 3671-4649. São Luis de Montes Belos, 17 de março de 2016. Maria Jose Gomes - Secretária Interina de Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de São Luis de Montes Belos - Goiás

Edital de Chamamento Simplificado nº 003/2016.

Processo de Seleção Pública para contratação de excepcional interesse público A Coordenação de Processo Seletivo Público Simplificado, em conformidade com as instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios, tendo em vista o que consta da Constituição Federal, Art. 37, inciso IX, torna público que através do Processo de Seleção Pública, estarão abertas as inscrições para contratação temporária de professor de Lutas, Futebol de Campo, Jump, Natação, Capoeira, Futsal, Dança e Aeróbica (12 vagas). Este processo visa preencher as vagas existentes em face da necessidade de dar continuidade ao serviço público, numa clara alusão ao princípio da eficiência administrativa. A contratação não gera nenhum vínculo com a Administração Municipal. A contratação dos professores visa atender a Lei Municipal nº 1.837, de 07 de abril de 2010 e alterações posteriores. As inscrições serão realizadas exclusivamente no Departamento de Esporte da Prefeitura Municipal de São Luis de Montes Belos, situado na Prefeitura Municipal, Rua Rio da Prata nº 662, Centro, devendo o candidato apresentar-se no período de 06/04/2016 a 13/04/2016, nos horários de expediente, ou seja, de 07:00 às 13:00 horas. São Luis de Montes Belos, 05 de abril de 2016. Fabiola Brito de Freitas - Coordenadora do Processo Seletivo

69.464

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE GOIÁS
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO
Pregão Presencial nº 008/2016**

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Goiás, Goiás, torna público, para o conhecimento de todos os interessados o resultado do Pregão Presencial 007/2016, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de artigos e serviços pós-tomados para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Goiás, onde sagrou-se vencedor a empresa LEONARDO CLAUDIO DE SOUZA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 23.045.705/0001-20, com o valor global de R\$ 47.500,00 (quarenta e sete mil e quinhentos reais). O processo encontra-se com vistas franqueadas aos interessados. Cynthia Daiane Borges - Pregoeira.

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO

Tomada de Preços nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Goiás, Goiás, torna público, para o conhecimento de todos os interessados o resultado da Tomada de Preços 001/2016, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para Execução de Recapeamento Asfáltico no município de Santo Antônio de Goiás – GO, conforme Convênio n. 36319/2015-MCIDADES e CR Caixa n. 1026060-27, onde sagrou-se vencedor a empresa RODRIGUES E ARAÚJO CONSTRUTORA EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 04.153.054/0001-48, com o valor global de R\$ 298.667,91 (duzentos e noventa e oito mil e seiscentos e sessenta e sete reais e noventa e um centavos). O processo encontra-se com vistas franqueadas aos interessados. Cynthia Daiane Borges – Presidente da CPL.

69.466

MUNICÍPIO DE SIMOLÂNDIA-GO.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Município de Simolândia-Go. Contratado: JUSTI COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Processo Administrativo: 005549/2015. Contrato Administrativo nº. 013/2016. Homologação: considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos do artigo 43, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, resolve homologar o procedimento licitatório, e adjudicar seu objeto a licitante vencedora: JUSTI COMERCIO E Simolândia(GO), 01 de Abril de 2016. José Cardoso de Lima Neto - Prefeito Municipal

69.462

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARAL - EDITAL PREGAO PRESENCIAL Nº 003/2016 - Torna público, para conhecimento dos interessados, que, às 09hs00min do dia 18 de Abril de 2016, em sua sede, sito à Praça Três Poderes, nº 1000, centro, nesta cidade, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, visando à eventual aquisição de materiais elétricos, em conformidade com o descrito no Termo de Referência (Anexo I), do Edital de Pregão Presencial nº 003/2016, na forma prevista na Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/93 e no Regulamento de Pregão deste órgão/Decreto Municipal nº 263/2009, podendo os interessados em obter cópia completa do Edital se dirigirem à sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço acima, no horário de expediente das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00, ou pelo site oficial do município (www.taquaral.go.gov.br). Taquaral de Goiás, 01 de Abril de 2016. Ludolf Anibal de Ramos Camargo Pregoeiro

69.460

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZOPOLIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL A PREFEITURA MUNICIPAL DE TEREZOPOLIS, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação na pessoa do Srº Paulo Sérgio de Lima Presidente da CPL, torna público aos interessados que tomou ciência e julgou a impugnação ao edital da Tomada de Preço 001/2016 para Contratação de Empresa de Engenharia para Construção de Calçadas e Meio Fio, interposto tempestivamente pela licitante O.A.R Engenharia, onde através de julgamento, conheceu da impugnação e no mérito JULGA PROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO. Comunicamos ainda que em virtude do acolhimento da impugnação, fica alterado o item 5.4 do edital da Tomada de Preço 001/2016, ficando ainda, conforme previsto na Lei 8.666/93, alteradas as datas de abertura do certame, visita e caução, que passarão ser as seguintes: ABERTURA DA LICITAÇÃO: 19.04.2016 às 09:00h, com tolerância de 10 (dez) minutos. VISITA TÉCNICA: Até o dia 18.04.2016 e CAUÇÃO: Até o dia 18.04.2016. O edital na íntegra encontra se disponível no site www.terezopolis.go.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal de Terezopolis. Terezópolis de Goiás, 04 de abril de 2016. Paulo Sérgio de Lima - Presidente da CPL.

69.466

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUANA

**PREGÃO PRESENCIAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EDITAL 018/2016 - ADIAMENTO**

A Prefeitura Municipal de Uruana, Goiás, através do Fundo Municipal de Saúde, torna pública o ADIAMENTO para o dia 12 de abril de 2016 às 09h00min na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, Pregão Presencial para Registro de Preços edital nº. 018/2016, para Aquisição de Medicamentos para Farmácia Básica, Medicamentos Diabetes, Medicamentos para Urgência e Emergência, Material Hospitalar e Material Odontológico. Maiores informações junto a Prefeitura Municipal pelo telefone: 62 – 3344-1185, horário de funcionamento das 07h30minh às 11h00minh e das 12h30minh às 17h00minh, edital no site www.uruaa.go.gov.br. Uruana, 04 de abril de 2016.

Paulo Roberto Brandão de Castro-Pregoeiro Municipal

69.458



Balanço



Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 18.572.225/0001-88

Relatório de Administração 2015

1. Aos acionistas

E com grande satisfação que apresentamos, para Vossa apreciação, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra" ou "Companhia") relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, elaboradas de acordo com os dispositivos contidos na Lei das Sociedades por Ações, suas alterações e nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. A Companhia

A Concebra é uma empresa 100% nacional, controlada pela Triunfo Participações e Investimentos, do ramo de Concessões de Rodovias. Administra 1176,5 kms de rodovias que vão de Brasília (DF) até Betim (MG). São 630,2 quilômetros da BR-060 e da BR-153, desde o entroncamento com a BR-251/DF até a divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo, somados a 546,3 quilômetros da BR-262, que vão do entroncamento com a BR-153/MG ao entroncamento com a BR-381/MG. Dentre os principais investimentos da concessão estão a duplicação de 647,8 quilômetros na BR-153/MG e BR-262/MG, a construção de um contorno em Goiânia na BR-153/GO e a implantação de terceira faixa entre Anápolis e Goiânia no estado de Goiás. O prazo de concessão é de 30 anos, a ser concluído em 2044. No seu primeiro ano de atuação a Concessionária reuniu esforços para atender os parâmetros da Agência Reguladora no quesito de trabalhos iniciais – roçada, pintura e sinalização horizontal e vertical, desobstrução e limpeza dos meios fios, sarjetas, descida d'água e bueiros para melhorar a drenagem, recuperação de defensas e do asfalto. Em 03 de setembro iniciou a operação da rodovia, oferecendo socorro médico e mecânico acionado pelo 0800 060 6000 e também atendimento em 24 SAUs – Serviço de Atendimento ao Usuário – espalhados a cada 50 quilômetros oferecendo sanitários, tráfaldão, local de descanso e informações para o motorista.

3. Desempenho Econômico Financeiro

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, bem como cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo. No entanto, estas condições estão sujeitas a eventos que estão fora do controle da Companhia, tais como a estabilidade e o crescimento da economia brasileira. O endividamento considera os empréstimos e financiamentos contratados para financiar os investimentos previstos no Contrato de Concessão da Companhia. O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$402.625 em 31 de dezembro de 2015, comparativamente aos R\$289.979 registrados em 31 de dezembro de 2014, em decorrência do aporte de capital de R\$119.000 da acionista TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e do lucro de R\$13.646 gerado em 2015, por conta do reconhecimento da margem de construção e da capitalização de despesas no ativo intangível, assim como as receitas de pedágio. O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia), em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$767.660, e em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R\$305.996, em função das captações de recursos do empréstimo de curto prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") e de arrendamentos mercantis firmados para aquisição dos veículos utilizados na operação. O empréstimo ponte será amortizado em parcela única no dia 15 de abril de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants". A dívida líquida da Companhia (composta por empréstimos e financiamentos captados pela Companhia líquidas do caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras da Companhia) era de R\$762.452 em 31 de dezembro de 2015, enquanto em 31 de dezembro de 2014 o saldo encontra-se R\$277.131, em função da aplicação no ativo intangível dos recursos captados em 2015. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 1,89, a qual condiz com as características dos segmentos de operação da Companhia, enquanto em 31 de dezembro de 2014 a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido era de 1,03. Em 31 de dezembro de 2015, o capital

circulante líquido da Companhia era negativo em R\$872.665 enquanto em 31 de dezembro de 2014 o saldo era negativo em R\$11.048, em função da transferência para o curto prazo do empréstimo ponte com o BNDES em 2015, cujo vencimento ocorrerá em abril de 2016. Essa situação financeira da Companhia lhe permite honrar suas obrigações assumidas perante terceiros e a necessidade de capital de giro, incluindo o pagamento de suas dívidas, o que, pode ser corroborado pelos patamares do índice de liquidez corrente (representado por Ativo Circulante/Passivo Circulante) da Companhia, a qual em 31 de dezembro de 2015 e 2014 correspondeu, respectivamente, a 0,03 e 0,75. A redução no índice de liquidez corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2015, em comparação com o índice verificado em 31 de dezembro de 2014, se deu basicamente pela transferência para o curto prazo do empréstimo ponte com o BNDES.

b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia em 31 de dezembro 2015 era composta de 28,5% de capital próprio e 71,5% de capital de terceiros, enquanto em 31 de dezembro de 2014, era composta de 39,4% de capital próprio e 60,6% de capital de terceiros. A diretoria da Companhia entende que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida financeira líquida sobre o patrimônio líquido, está adequada para a natureza das atividades desenvolvidas. Entende-se por dívida nesse contexto, os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia.

c) Níveis de Endividamento e características das dívidas

Na tabela abaixo, em milhares de reais, os principais endividamentos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como o custo de cada operação, seus vencimentos e suas amortizações.

Endividamento e Cronograma de Amortização (em mil R\$)					
Banco	Operação	Dívida Total	Taxa Mensal	Saldo 2015	Saldo 2014
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	Empréstimo ponte	702.089	TJLP + 2%	740.074	304.302
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais	Cédula de crédito	25.000	CDI + 4,25 a.a.	26.115	–
Total		300.000		766.189	304.302

d) Receita operacional líquida (+88,5%)

A receita operacional bruta da Companhia em 2015 é composta em 22,5%, pela arrecadação de pedágios e outras receitas, e 77,5% pela receita de construção. As receitas de pedágios estão sujeitas ao regime cumulativo e aos seguintes impostos, COFINS-3%, PIS-0,65% e ISS-5%, já as receitas acessórias são tributadas pelo regime não-cumulativo, representando COFINS-7,6%, PIS-1,65% e ISS de 5%. Estes impostos estão representados como deduções da receita bruta.

	2015	2014	Δ
Receita Operacional Bruta	823.576	428.362	92,3%
Arrecadação de pedágio	184.987	–	n/c
Receita de construção	638.580	428.362	49,1%
Outras receitas	9	–	900,0%
Deduções da Receita Bruta	(16.001)	–	n/c
Receita Operacional Líquida	807.575	428.362	88,5%

e) Custos dos serviços prestados e de construção (+73,1%):

No exercício de 2015 houve um acréscimo de 73,1% em relação ao ano de 2014, impulsionado pelo custo de construção em 49,8% e pelo início da arrecadação em junho de 2015, cujos custos de operação, manutenção e conservação das rodovias deixaram de ser capitalizadas no ativo intangível e passaram a ser reconhecidas no resultado.

	2015	2014	Δ
Custos Operacionais	(722.771)	(417.495)	73,1%
Custo dos serviços prestados	100.377	–	n/c
Custo de construção	622.394	417.495	49,8%

f) Despesas operacionais (+409,7%)

Em conjunto com os custos operacionais, até 2014 parte dos mesmos estavam sendo capitalizados no ativo intangível e passaram a ser reconhecidos no resultado, com o início da arrecadação em 2015, gerando o acréscimo de 409,7%.

	2015	2014	Δ
Despesas Operacionais	(28.168)	(5.526)	409,7%
Despesas administrativas	(14.912)	(1.099)	1.256,9%
Salários e encargos sociais	(9.078)	(2.766)	228,2%
Remuneração dos administradores	(1.920)	(1.391)	38,0%
Amortização	(2.258)	(270)	736,3%

g) Resultado financeiro

Em 2014 o recurso liberado pelo BNDES, através do empréstimo ponte, foi aplicado ao longo de todo o ano, gerando rendimento sobre aplicação financeira nesse período. Com relação às despesas financeiras, os juros sobre o empréstimo com o BNDES foram capitalizados na fase pré-operacional, explicando a variação entre os exercícios analisados.

	2015	2014	Δ
Resultado Financeiro	(38.853)	8.229	n/c
Receitas financeiras	438	9.523	–95,4%
Despesas financeiras	(39.291)	(1.294)	2.936,4%

h) Lucro líquido do exercício (+52,0%)

	2015	2014	Δ
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	13.646	8.980	52,0%
Constituição da Reserva Legal (5%)	(682)	(449)	51,3%
Lucro Base de Dividendos	12.964	8.530	52,0%
Reserva de retenção de lucro	(12.964)	(8.530)	52,0%
Saldo à disposição dos acionistas	–	–	n/c

Goiânia-GO, 29 de fevereiro de 2016.

Conselho de Administração	
Carlo Alberto Bottarelli	– Presidente do Conselho
Antonio José Monteiro da Fonseca de Queiroz	– Conselheiro Efetivo
Sandro Antônio de Lima	– Conselheiro Efetivo
João Villar Garcia	– Membro Efetivo

Diretoria Executiva Estatutária	
Odenir José Sanches	– Diretor Presidente
Daniel Severo Amaral	– Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Ricardo Junqueira Victorelli	– Diretor de Operações
João Guilherme de Moraes Braga	– Diretor de Engenharia

Contadora	
Fernando Yuiti Fujisawa	– CRC 1SP 268.081/O-6 "S" GO

Balanço Patrimonial 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota
Circulante				Circulante	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.208	28.865	Fornecedores	11
Clientes e operações a receber	5	11.855	–	Empréstimos e financiamentos	14
Impostos a recuperar	6	3.673	3.401	Salários e obrigações trabalhistas	15
Adiantamentos a fornecedores	7	3.405	509	Obrigações fiscais	16
Despesas antecipadas	8	1.553	873	Arrendamento mercantil	12
		25.694	33.648	Contas a pagar – partes relacionadas	9
				Provisões para demandas judiciais	26
				Outras obrigações	13
Não circulante					898.359
Despesas antecipadas	8	2.999	3.871	Não circulante	
Adiantamento – partes relacionadas	9	49.677	4.856	Empréstimos e financiamentos	14
Impostos e contribuições diferidos	25	11.062	–	Arrendamento mercantil	12
Intangível	10	1.323.448	643.311	Provisão para manutenção	17
		1.387.186	652.038	Impostos e contribuições diferidos	25
					111.896
				Patrimônio líquido	18
				Capital social	380.000
				Reserva de lucros	22.625
				Total do patrimônio líquido	402.625
				Total do passivo e do patrimônio líquido	1.412.880
Total do ativo		1.412.880	685.686		685.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)						
	Capital social		Reserva de lucros		Adiantamentos	
	Subscrito	Integrar-lizar	Reserva de retenção de lucros	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1	–	–	–	(1)	1
Subscrição de capital	379.999	(119.000)	–	–	–	260.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	1.429	1.429
Baixa de adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	–	(1.430)	(1.430)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.980	–	8.980
Constituição de reserva legal	–	–	–	(449)	–	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	8.530	(8.530)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2014	380.000	(119.000)	8.530	449	–	269.979
Integralização de capital	–	119.000	–	–	–	119.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	13.646	13.646
Constituição de reserva legal	–	–	–	682	(682)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	12.964	(12.964)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2015	380.000	21.494	21.494	1.131	–	402.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)						
	2015	2014		2015	2014	
Receitas	823.576	428.362	Distribuição do valor adicionado	104.713	19.231	
Receitas de pedágio	184.987	–	Pessoal	29.543	3.395	
Receita de construção	638.580	428.362	Remuneração direta	26.301	2.746	
Receitas acessórias	9	–	Benefícios	2.921	520	
Insumos adquiridos de terceiros	(710.417)	(418.384)	FGTS	321	129	
Custos dos serviços prestados (excluída amortização e despesa de pessoal)	(73.880)	–	Impostos, taxas e contribuições	21.501	5.356	
Custos de construção	(622.394)	(417.495)	Federais	21.497	5.353	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(14.143)	(889)	Municipais	4	3	
Valor adicionado bruto	113.159	9.978	Remuneração de capitais de terceiros	40.023	1.500	
Amortização	(8.884)	(270)	Juros	39.258	1.294	
Valor adicionado líquido consumido	104.275	9.708	Aluguéis	606	206	
Valor adicionado recebido em transferência	438	9.523	Outros	159	–	
Receitas financeiras	438	9.523	Lucro do exercício	13.646	8.980	
Valor adicionado total a distribuir	104.713	19.231	Lucro do exercício	13.646	8.980	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31/12/2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
1. Informações sobre a Companhia – A Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 30 de janeiro de 2013 através da denominação social de Diana Participações e Investimentos S.A., sendo alterada para atual "Concebra" em 7 de janeiro de 2014, através de Assembleia Geral Extraordinária. Com sede na cidade de Goiânia, Goiás, a Companhia pertence ao grupo TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR 153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 – com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no	

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído evidenciado por ação em reais)				
	Nota	2015	2014	
Receitas operacionais líquidas	19	807.575	428.362	
Custos dos serviços prestados e de construção	20	(722.771)	(417.495)	
Resultado bruto		84.804	10.867	
Despesas operacionais, líquidas:				
Administrativas	21	(14.912)	(1.099)	
Salários e encargos sociais	22	(9.078)	(2.766)	
Amortização	23	(2.258)	(270)	
Administradores		(1.920)	(1.391)	
		(28.168)	(5.526)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro		56.636	5.341	
Resultado financeiro líquido:	24			
Receitas financeiras		438	9.523	
Despesas financeiras		(39.291)	(1.294)	
		(38.853)	8.229	
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		17.783	13.570	
Imposto de renda e contribuição social correntes		–	(895)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.137)	(3.695)	
	25	(4.137)	(4.590)	
Lucro líquido do exercício		13.646	8.980	
Lucro básico e diluído por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o período (em R\$)	18b	0,036	0,034	

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)				
	2015	2014		
Lucro líquido do exercício	13.646	8.980		
Outros resultados abrangentes	–	–		
Total do resultado abrangente do exercício	13.646	8.980		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais)		
	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.646	8.980
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Margem de construção	(16.186)	(10.867)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.137	3.695
Amortização	8.884	270
Juros provisionados e não pagos	28.328	–
Provisão com manutenção e AVP	23.445	–
Provisão para contingência	159	–
Juros sobre atualização monetária de impostos a recuperar	(404)	–
Juros sobre transação com partes relacionadas	208	–
Juros sobre obrigações fiscais	720	–
Variação nos ativos e passivos:		
Clientes e operações a receber	(11.855)	–
Adiantamento – partes relacionadas	(44.821)	(4.856)
Impostos a recuperar	(272)	(3.401)
Despesas antecipadas	192	(4.744)
Outros valores a receber	(2.492)	(509)
Fornecedores	46.656	33.875
Obrigações sociais e trabalhistas	5.982	2.676
Obrigações fiscais	22.672	2.923
Contas a pagar – partes relacionadas	5.641	626
Outras obrigações	(68)	3.922
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	84.572	32.590
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Adições ao ativo intangível	(633.231)	(560.034)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(633.231)	(560.034)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Integralização de capital	119.000	260.999
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	(1)
Captações através de empréstimos e financiamentos	476.387	302.134
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(60.954)	(441)
Pagamento de juros e remunerações sobre empréstimos e financiamentos	(14.741)	(6.383)
Mutuo com partes relacionadas	5.310	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	525.020	556.300
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(23.657)	28.864
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	28.865	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.208	28.865
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(23.657)	28.864



... continuação

ção e reformas das edificações existentes. Após verificação dos pré-requisitos para início da cobrança de pedágios, a ANTT emitiu Resolução nº 4.747, de 11 de junho de 2015, autorizando o início das atividades das 11 praças de pedágios, estabelecidas nas Rodovias BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, a partir do dia 27 de junho de 2015 a 0h. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta capital circulante negativo de R\$872.665, proveniente dos compromissos assumidos com o pagamento de principal e juros sobre os empréstimos e financiamentos captados para os investimentos assumidos no contrato de concessão. A Companhia entende que os recursos que serão obtidos junto ao BNDES, através da formalização do contrato de financiamento sob a modalidade de longo prazo, estruturado sob a forma de *Project Finance*, previsto para até o 1º trimestre de 2016, assim como o aumento no tráfego da via, após as melhorias que estão sendo efetuadas aumentará a sua geração de caixa operacional e permitirá o pagamento de seus passivos. Conforme mencionado na Nota 14, a Companhia possui fiança corporativa, penhor e recebíveis como garantias do empréstimo.

2. Bases de preparação – 2.1. Preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC); As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil e os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 29 de fevereiro de 2016. b) Base de mensuração. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Normas, alterações e interpretações de normas:** Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis. O Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) e o Comitê de Normas de Contabilidade Financeira dos EUA (FASB) emitiram em conjunto uma nova norma para reconhecimento de receitas, a IFRS 15 – *Receitas de Contratos com Clientes* (Revenue from Contracts with Customers), que substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo IFRS e US GAAP (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 16). A nova norma entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada e permitida para as entidades que apresentam suas demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos em seus relatórios financeiros atuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram emitidas outras normas, alterações e interpretações de normas além desta. Os novos pronunciamentos emitidos ou aplicados pela primeira vez até 31 de dezembro de 2015 não trouxeram efeitos às demonstrações financeiras da Companhia. Para as novas normas emitidas e que não entraram em vigor até 31 de dezembro de 2015, a Companhia não espera impactos materiais em suas demonstrações financeiras advindos desses pronunciamentos.

3. Políticas contábeis – 3.1. Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita: **Receita de pedágio:** As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pos-pagos, serão registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. **Receita de construção:** Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC 01 e OCPC 05 – Contratos de Concessão (equivalente a interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado são mensuradas e registradas baseada no estágio de conclusão da obra realizada em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os gastos com infraestrutura da concessão são contabilizados como custo da construção na demonstração do resultado do exercício, servindo de base para a apuração da receita. Havendo terceirização de obras, a receita de construção é apurada com base na margem determinada, sendo calculada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária do concessionário e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. **Receitas acessórias:** Corresponderão às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na demonstração de resultado da Companhia. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.2. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social corrente: Atribuição sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não apresenta itens que requeiram registro diretamente no patrimônio líquido. **Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas por tipo de receita	
	Pedágio	Demais receitas
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%	7,60%
PLS – Programa de Integração Social	0,65%	1,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	5,00%	5,00%

As receitas serão apresentadas na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de vendas). A Companhia teve reconhecido seu enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), conforme Portaria MT nº 164 de 24 de abril de 2014 e do Ato Declaratório Executivo DRF/Brasília nº 67 de 25 de junho de 2014. As pessoas jurídicas beneficiárias do REIDI estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e serviços para a aplicação em obras de infraestrutura sem a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). **3.3. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente – i) Ativos financeiros:** *Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. *Mensuração subsequente:* A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. *Desconhecimento (baixa):* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do valor de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*. iii) Passivos financeiros: *Reconhecimento inicial e mensuração:* Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. *Mensuração subsequente:* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. **3.5. Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **3.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contábil de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo. As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo. Se perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis a venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Quando requerido, os elementos de ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante. **3.10. Provisões – Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisão para manutenção:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção, conforme descrito na Nota Explicativa nº 17, é registrada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos

9. Partes relacionadas – As transações com partes relacionadas foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, respeitando a política de compras estipulada pela Companhia, e seus principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Partes relacionadas

Rio Parnaíba Serviços de Operações Rodoviárias Ltda. (i)
Construtora Triunfo S.A. (ii)
Vessel – LOG Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. (iii)
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (iv).

	Intangível em serviço (ii)	Intangível em andamento (ii)	Provisão para manutenção	Adiantamentos a fornecedores (i)	Total
Saldo em 31/12/2013	–	–	–	–	–
Construções/aquisições	8.775	455.849	61.994	116.963	643.581
Saldo em 31/12/2014	8.775	455.849	61.994	116.963	643.581
Construções/aquisições	24.149	624.546	6.960	33.366	689.021
Transferência	929.633	(929.633)	–	–	–
Saldo em 31/12/2015	962.557	150.762	68.954	150.329	1.332.602
Saldo em 31/12/2013	–	–	–	–	–
Amortização	(270)	–	–	–	(270)
Saldo em 31/12/2014	(270)	–	–	–	(270)
Amortização	(8.884)	–	–	–	(8.884)
Saldo em 31/12/2015	(9.154)	–	–	–	(9.154)
Valor residual líquido	8.505	455.849	61.994	116.963	643.311
Saldo em 31/12/2014	953.403	150.762	68.954	150.329	1.323.448
Saldo em 31/12/2015	953.403	150.762	68.954	150.329	1.323.448
Taxa de amortização	2% a 4,5% a.a.	–	–	–	–

(i) Os adiantamentos são representados principalmente por atendimento à cláusula contratual junto à parte relacionada, Construtora Triunfo S.A., no montante de R\$92.896, Vessel – LOG Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A. no montante de R\$54.665 e outros fornecedores no montante de R\$2.768. (ii) Do montante de ativo intangível em serviço e em andamento, R\$413.871 e R\$80.160, respectivamente, são oriundos do contrato de empreitada global entre a Companhia e a Construtora Triunfo S.A.. O ativo intangível em serviço está assim representado:

	Indexador	Natureza	2015	2014
Disponibilidades			5.208	216
Aplicações financeiras	CDI de 102% a 103 % a.a.	Compro-missada	–	28.649
			5.208	28.865

Os recursos referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Clientes e operações a receber

	2015	2014
	A vencer	A vencer
Arrecadação pedágio (i)	–	–
Vale pedágio	937	–
Pagamento eletrônico	10.914	–
Uso da faixa de domínio	4	–
	11.855	–

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias.

6. Impostos a recuperar

	2015	2014
IRRF sobre aplicações financeiras	3.625	3.006
Outros	48	392
	3.673	3.401

7. Adiantamentos a fornecedores – A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para mobilização de canteiro de obra e pagamento antecipado para liberação de mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida que as mercadorias e serviços forem entregues e/ou prestados.

8. Despesas antecipadas

	2015	2014
Gastos com apólices de seguros (i)	4.302	4.744
Outros	250	–
	4.552	4.744

Parcela do circulante 1.593 873
Parcela do não circulante 2.999 3.871
(i) Seguros contratados para riscos de engenharia, com vencimento variando entre um e cinco anos sendo amortizados pelo prazo da vigência do contrato.

	Indexador	Natureza	2015	2014
Disponibilidades			5.208	216
Aplicações financeiras	CDI de 102% a 103 % a.a.	Compro-missada	–	28.649
			5.208	28.865

Os recursos referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, lastreados ao rendimento do CDI, compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

	2015	2014
	A vencer	A vencer
Arrecadação pedágio (i)	–	–
Vale pedágio	937	–
Pagamento eletrônico	10.914	–
Uso da faixa de domínio	4	–
	11.855	–

(i) Os recursos referem-se a operações a receber de cartões de pedágio, denominados como moeda eletrônica. O prazo médio de recebimento é de 30 dias.

6. Impostos a recuperar

	2015	2014
IRRF sobre aplicações financeiras	3.625	3.006
Outros	48	392
	3.673	3.401

7. Adiantamentos a fornecedores – A Companhia antecipou recursos financeiros aos fornecedores para mobilização de canteiro de obra e pagamento antecipado para liberação de mercadorias. Estes adiantamentos serão compensados à medida que as mercadorias e serviços forem entregues e/ou prestados.

8. Despesas antecipadas

	2015	2014
Gastos com apólices de seguros (i)	4.302	4.744
Outros	250	–
	4.552	4.744

Parcela do circulante 1.593 873
Parcela do não circulante 2.999 3.871
(i) Seguros contratados para riscos de engenharia, com vencimento variando entre um e cinco anos sendo amortizados pelo prazo da vigência do contrato.

	2015	2014
Adiantamento contratual	Ativo intangível	Contas a pagar
49.677	–	–
–	92.896	–
–	54.665	–
–	–	6.267
49.677	147.561	6.267

	2015	2014
Adiantamento contratual	Ativo intangível	Contas a pagar
49.677	–	–
–	92.896	–
–	54.665	–
–	–	6.267
49.677	147.561	6.267

	2015	2014
Adiantamento contratual	Ativo intangível	Contas a pagar
49.677	–	–
–	92.896	–
–	54.665	–
–	–	6.267
49.677	147.561	6.267

	2015	2014
Adiantamento contratual	Ativo intangível	Contas a pagar
49.677	–	–
–	92.896	–
–	54.665	–
–	–	6.267
49.677	147.561	6.267

continua ...



... continuação

	Instalações, edificações e dependências	Pistas, acostamentos e acessos	Canteiro central, faixa de domínio	Drenagem e obras de arte correntes	Sistemas e infraestrutura de rádio comunicação	Sinalização	Outros ativos em serviço	Total	
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	-	-	-	
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	8.775	8.775	
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	8.775	8.775	
Construções/aquisições	-	-	-	-	-	-	24.149	24.149	
Transferência/baixas	531.173	261.698	59.953	44.786	4.578	27.445	-	929.633	
Saldo em 31/12/2015	531.173	261.698	59.953	44.786	4.578	27.445	32.924	962.557	
Saldo em 31/12/2013	-	-	-	-	-	-	-	-	
Amortização	-	-	-	-	-	-	(270)	(270)	
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	(270)	(270)	
Amortização	(3.621)	(1.784)	(409)	(305)	(31)	(187)	(2.547)	(8.884)	
Saldo em 31/12/2015	(3.621)	(1.784)	(409)	(305)	(31)	(187)	(2.817)	(9.154)	
Valor residual líquido	-	-	-	-	-	-	8.505	8.505	
Saldo em 31/12/2014	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31/12/2015	527.552	259.914	59.544	44.481	4.547	27.258	30.107	953.403	

Como a Companhia tomou emprestados recursos específicos para obter um ativo qualificável particular, os custos dos empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis ao ativo qualificável que podem ser identificados prontamente. Dessa forma, a Companhia determinou o montante dos custos dos empréstimos e financiamentos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos e financiamentos, menos qualquer receita financeira decorrente de investimentos temporários dos recursos tomados. As taxas utilizadas referem-se as mesmas dos empréstimos tomados, divulgadas na Nota 14. As referidas capitalizações tiveram início em julho de 2014. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram capitalizados R\$32.644 (R\$1.987 em 2014). Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos à análise de impairment anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual e no plano de negócios de longo prazo da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração. As principais premissas chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio de tráfego, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à

		2015	2014			2015	2014
11. Fornecedores							
Tipo de fornecedor							
Construção civil		44.697	26.095				
Aquisição de imobilizado		14.012	-				
Manutenção de frota		4.429	-				
Manutenção e conservação		3.543	-				
Projetos		3.302	-				
Tecnologia da informação e sistemas		2.496	3.950				
Serviços de operação		2.335	-				
Serviços de transporte		805	-				
Indenizações faixa de domínio		644	-				
Propaganda e publicidade		564	-				
Outros		3.704	3.830				
		80.531	33.875				

12. Arrendamento mercantil

Banco	Garantia	Indexador	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Safra	Alienação fiduciária	14,98% a.a.	841	603	674	1.020
Banco Volkswagen	Alienação fiduciária	17,80% a.a.	27	-	-	-
			868	603	674	1.020

13. Outras obrigações

	2015	2014		2015	2014
Verba de fiscalização	888	808	O contrato de concessão prevê o repasse pela Concessionária à ANTT de verbas anuais, com pagamentos mensais, a título de "fiscalização", para cobertura de despesas nesse processo, "segurança no trânsito", que será destinada exclusivamente ao custeio de programas relaciona-		
Segurança no trânsito	1.505	1.794	dos à prevenção de acidentes, educação no trânsito, comunicação e aparelhamento da Polícia Rodoviária Federal e "recursos para desenvolvimento tecnológico – RDT", aplicados a projetos e estudos que visem o desenvolvimento tecnológico de acordo com sua regulamentação.		
Recursos para desenvolvimento tecnológico – RDT	1.442	1.320			
Outros	19	-			
	3.854	3.922			

14. Empréstimos e financiamentos

Banco	Garantia	Indexador	Valor do Vencimento	Custo de empréstimo	transação	2015	2014
BNDES (Empréstimo ponte)	Fiança corporativa, penhor e recebíveis	TJLP + 2% a.a.	Abr/2016	743.119	(3.045)	740.074	304.302
BDMG (Cédula bancária)	Aval controladora + recebíveis	CDI + 4,25% a.a.	Jun/2016	26.440	(325)	26.115	304.302
				769.559	(3.370)	766.189	304.302
						766.189	-
						-	304.302

Circulante

Não circulante

Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelos juros e encargos financeiros, determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras. Os referidos encargos são apropriados, líquidos das receitas geradas pelas aplicações financeiras que excedem o caixa, no intangível, pois são decorrentes de financiamentos utilizados exclusivamente nas obras de melhoria e ampliação da infraestrutura das rodovias BR-060, BR-153 e BR-262 (Nota 10). Em 28 de julho de 2014, a Companhia obteve a liberação da primeira parcela de recursos do empréstimo-ponte com o BNDES, no montante de R\$300.000. Em 27 de março de 2015 houve o recebimento da segunda parcela no montante de R\$100.000, no dia 27 de maio de 2015 ocorreu a liberação da terceira parcela no montante de R\$160.000, a quarta parcela foi liberada em 29 de julho de 2015, no montante de R\$48.320, a quinta tranche no dia 14 de outubro de 2015, no valor de R\$13.001 e a sexta tranche no dia 16 de outubro de 2015, no valor de R\$68.162. O empréstimo ponte será amortizado em parcela única no dia 15 de abril de 2016 ou na data de desembolso da primeira parcela do financiamento de longo prazo, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado por intermédio de aditivo contratual. Este contrato não possui cláusulas restritivas financeiras, "Covenants". A Companhia também captou recursos a título de Cédula de Crédito Bancário junto a BDMG no dia 2 de setembro de 2015, no valor de R\$25.000, com carência de 8 (oito) meses, e vencimento em 20 de junho de 2016, podendo ser prorrogada por meio de aditivo contratual.

15. Salários e obrigações trabalhistas

	2015	2014		2015	2014
Salários a pagar	1.621	928	A Companhia registrou receita de construção no montante de R\$638.580 dos ativos da concessão medidos e realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 que contempla 2,8%, a título de margem, sobre os custos de construção incorridos no mesmo período.		
Benefícios	1	38	20. Custos dos serviços prestados e de construção		
Encargos sociais e previdenciários	1.208	616	Duplicação de pista simples	(224.712)	(133.753)
Provisão para férias	2.920	1.094	Pavimentação	(176.482)	(120.072)
Gratificações e participações a pagar	2.908	-	Edificações operacionais	(58.516)	(37.490)
	8.658	2.676	Custo com empréstimos	(32.644)	(12.892)
			Materiais e insumos	(31.891)	(14.088)
			Rocagem e poda vegetal	(24.132)	(23.170)
			Folha de pagamento – operação	(19.871)	-
			Folha de pagamento – construção	(19.001)	(12.235)
			Provisão para manutenção	(18.629)	-
			Obras de artes corrente e especiais	(18.430)	(11.484)
			Serviços de limpeza e conservação da via	(16.505)	-
			Custos contratuais	(13.550)	(9.472)
			Serviço de socorro médico e resgate	(12.668)	-
			Elementos de sinalização e proteção	(8.270)	(13.469)
			Sistema de drenagem	(7.453)	(9.210)
			Amortização	(6.626)	-
			Gastos com veículos	(6.175)	-
			Serviços de projetos	(4.719)	(6.539)
			Sistema de Rádio comunicação	(2.684)	(4.951)
			Desapropriações	(2.647)	(4.548)
			Terraplanagem	(2.349)	(2.817)
			Água, energia e internet	(1.831)	-
			Serviço de vigilância	(1.824)	-
			Outros	(11.162)	(1.297)
				(722.771)	(417.495)
			Custos de construção	(622.394)	(417.495)
			Custos dos serviços prestados	(100.377)	-
			21. Despesas administrativas		
			Prestadores de serviços	(4.826)	(4)
			Materiais, equipamentos e veículos	(2.196)	(587)
			Despesas gerais (*)	(7.731)	(498)
			Provisão para contingências	(159)	-
				(14.912)	(1.099)

(*) Substancialmente composta por gastos com imóveis, propaganda e publicidade e serviços diversos.

22. Salários e encargos sociais

	2015	2014		2015	2014
Salários e remunerações	(4.235)	(1.229)	23. Remuneração dos administradores – O Conselho de Administração é composto por quatro membros. Os membros da diretoria executiva não possuem ações da Companhia. O valor dos honorários pagos a diretoria até 31 de dezembro de 2015 foi de R\$3.085 sendo R\$1.920 reconhecidos no resultado (R\$1.391 em 31 de dezembro de 2014) e R\$1.145 capitalizados no ativo intangível (R\$735 em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, a título de participação nos lucros foi realizado pagamento no exercício, no valor de R\$708, sendo R\$355 reconhecidos no resultado na rubrica de salários e encargos sociais e R\$353 capitalizados.		
Encargos sociais e trabalhistas	(1.847)	(985)	Remuneração:		
			Benefícios de curto prazo – remuneração fixa	2.792	2.120
			Outros benefícios:		
			Previdência privada (contribuição definida)	273	6
			Participação no resultado	708	-
				3.773	2.126

24. Resultado financeiro – O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está assim composto:

	2015	2014		2015	2014
Receitas financeiras:			Juros sobre empréstimos e arrendamento mercantil	(28.328)	(39)
Juros sobre impostos a recuperar	404	-	AVP provisão para manutenção	(4.816)	-
Descontos obtidos	34	-	Juros diversos	(208)	(63)
Rendimento sobre aplicações financeiras	438	9.523	Multas sobre obrigações sociais	(633)	-
			Juros sobre obrigações fiscais	(1.274)	-
			Despesas bancárias	(250)	(1.192)
			Juros sobre obrigações com fornecedores	(2.998)	-
			Outros	(784)	-
				(39.291)	(1.294)
				(38.853)	8.229

25. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são demonstrados abaixo:

	2015	2014		2015	2014
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17.783	13.570	Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(6.046)	(4.614)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%			IRPJ/CSLL sobre itens de adições (exclusões):		
			Margem de construção (diferença temporária)	5.503	3.695
			Provisão para manutenção (diferença temporária)	(7.971)	-
			Custo de empréstimos (diferença temporária)	9.696	-
			Constituição do Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(7.228)	(3.695)
			Gratificações e PLR diretoria (diferença permanente)	(270)	-

Imposto de renda e contribuição social diferido (efeito não recorrente)

2.203	-
(24)	24

Outras adições e exclusões permanentes

Despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício

Alíquota efetiva

Movimentação:

Saldo em 31/12/2014	Cons-tituição 31/12/2015	Saldo em 31/12/2015
IRPJ/CSLL diferidos – Ativo	11.062	11.062
IRPJ/CSLL diferidos – Passivo	3.695	15.199
A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias indicadas pelas projeções de resultado tributável é:		18.894

Ano

2015

2016

2017

2018

A partir de 2019

26. Provisões para demandas judiciais – Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia, através de seus consultores jurídicos, avaliou como possível o risco de contingência e ações jurídicas e administrativas, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2014		2015	2014
Possível	Provável	Possível	Provável		
Trabalhista	1.089	62	-	-	
Consumidor	617	-	90	-	
Cível	542	97	139	-	
Empresarial	15	-	-	-	
	2.263	159	229	-	

27. Cobertura de seguros – A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro na modalidade Seguro Garantia – Fiança com o objetivo de garantir a execução das obras de ampliação, conservação, manutenção e operação da rodovia. As apólices possuem renovações anuais, sendo consideradas suficientes pela Administração da Companhia para cobrir os riscos inerentes de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo "all risks" para danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetistas, maquinários e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avarias de máquinas e perda de receitas, cujas etapas e respectivas coberturas de seguro e prazo de vigência, estão abaixo relacionadas:

	Valor da importância assegurada	Prazo de vigência			
Marcos contratuais					
Risco de responsabilidade civil, de engenharia e operacional	25.700	Fev/15 a jan/16			
Risco de responsabilidade civil e de engenharia	133.600	Fev/14 a jan/16			
Garantia de execução da concessão	400.000	Jan/15 a jan/16			
Risco de engenharia	2.907.398	Abr/14 a mar/20			
28. Compromissos com a concessão – De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia-GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:					
	2016	2017	2018	2019 a 2044	Total geral
Compromissos futuros:					
Trabalhos iniciais	34.405	-	-	-	34.405
Recuperação da rodovia	139.803	48.530	95.061	32.644	316.038
Obras de arte	45.564	91.128	91.128	-	227.820
Obras de ampliação e melhorias	468.921	538.969	476.000	1.126.101	2.605.991
Ante-projetos e projetos executivos	40.379	-	-	-	40.379
Outros	64.129	-	-	-	64.129
Manutenção da rodovia	-	-	-	2.724.520	2.724.520
Obras de ampliação e melhorias	-	-	-	1.239.034	1.239.034
Outras obras de aplicação e melhorias	150.000	50.000	50.000	50.000	300.000
Obras civis lançamento de fibra óptica	-	20.000	-	-	20.000
Gestão ambiental	16.557	23.404	37.603	101.502	179.066
Sistemas e equipamentos	53.893	1.272	-	213.644	268.809
Edificações	244.095	-	-	90.465	334.560
Veículos	8.200	-	1.190	69.958	79.348
Projetos/Ensaios/Estudos	11.386	10.654	2.812	148.429	173.281
Desapropriações	3.813	2.727	505	4.356	11.401
	1.279.145	784.684	754.299	5.800.653	8.618.781
Outros compromissos					
Complemento contorno Goiânia	100.000	100.000	40.000	-	240.000
Retorno em nível	17.697	17.697	17.697	35.394	88.485
Obra de acesso ao aeroporto de Goiânia	25.000	-	-	-	25.000
Outros	5.000	-	-	-	5.000
	147.697	117.697	57.697	35.394	358.485
	1.426.842	902.381	811.996	5.836.047	8.977.266

Os principais investimentos decorrentes da concessão são: (i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; (ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis), postos de serviços de atendimento aos usuários; (iii) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de interseções. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº13, os compromissos previstos no contrato de concessão relativos a verba de fiscalização, segurança no trânsito e recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT) perfazem o seguinte montante (valores nominais):

	Recurso para	2015	2014	
Ano	Verba de Fiscalização	Segurança no Trânsito	Desenvolvimento Tecnológico	Total
2016	10.404	2.352	1.740	14.496
2017	10.404	2.352	1.740	14.496
2018	10.404	2.352	1.740	14.496
2019 até 2044	280.100	58.800	43.500	382.400
	291.312	65.856	48.720	405.888

29. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro – Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2015 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por: (i) Aplicações financeiras – são classificadas como equivalentes de caixa. (ii) Arrendamento mercantil e empréstimos e financiamentos – são mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. (iii) Contas a receber – são classificadas como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras. (iv) Contas a pagar – os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica. A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de pedágio e no valor das suas ações. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2015 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda. a) Risco de taxas de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. b) Risco de preço e valor de mercado: A estrutura tarifária planejada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico – financeiro do contrato em 14,12% de TIR (Taxa Interna de Retorno). c) Risco regulatório: Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico – financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades. Quanto a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos. A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos. d) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de

continua...



... continuação

planejamento de liquidez. f) *Hierarquia de valor justo*: Os diferentes níveis são definidos como segue: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Os instrumentos financeiros da Companhia são registrados pelo valor justo (Nível 1), utilizando um método de avaliação, conforme CPC 40 – Instrumentos Financeiros – Evidenciação. **Gestão do capital**: O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. **Análise de sensibilidade**: O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente ao contrato firmado junto ao BNDES que possui taxa fixa de 2% a.a. acrescida da TJLP. Os CPC's

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.
Goiânia-GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes**: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida

Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A.

38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2015, foram estimados 3 (três) cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2015, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses (Cenário I). A partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos dos contratos programados. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2015, projetando os índices de correção para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade em cada cenário. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados, apurando-se o impacto nas despesas financeiras no período de um ano, conforme segue:

Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
TJLP+ 2%a.a.	743.119	743.119	743.119
Despesa financeira projetada	66.881	83.601	100.321
Variação	—	16.720	33.440

Os valores justos, demonstrados nos quadros acima, partem da posição de endividamento em 31 de dezembro de 2015, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia.

30. Evento subsequente – Contrato de financiamento BNDES: No dia 24 de fevereiro de 2016 o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$ 3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470,0 milhões com taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do período de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos. A primeira liberação do financiamento de longo prazo está prevista para o primeiro trimestre de 2016 e será destinado à quitação do empréstimo-ponte. **Registro CVM**: Em 19 de fevereiro de 2016 a Companhia obteve a aprovação do pedido de registro de companhia aberta perante a CVM na Categoria B.

da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado**: Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Goiânia, 29 de fevereiro de 2016.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S. CRC ZSP 015.199/F-6	Wagner dos Santos Junior Sócio – Contador CRC 1SP 216.386/O-1
---	--

69.380

Câmaras Municipais

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO NORTE – GOIÁS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2016 - TIPO
“MENOR PREÇO POR ITEM” PROCESSO Nº 2016005

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO NORTE – GOIÁS, através da Comissão de Licitação (CPL), “TORNA PÚBLICO” para o conhecimento dos interessados, que se encontra instaurada “LICITAÇÃO” na modalidade de “PREGÃO PRESENCIAL”, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, que se regerá pelas disposições da lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de Junho de 1.993 e suas posteriores alterações, com sessão de abertura marcada para o **dia 22 de abril de 2016, iniciando-se impreterivelmente às 09:00 horas**, na sala de reuniões da CPL, localizado no Prédio da Câmara Municipal de São Luiz do Norte, sita na Avenida Higino da Mata, Qd. 01 Lt. 01, centro, São Luiz do Norte, CEP 76365-000, **com vias a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL**, em conformidade com os termos do Edital, e anexos e com a Lei nº. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis. Maiores informações e Editais contendo as normas, especificações, quantitativos e condições de participação poderão ser obtidos na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente das 08h00min às 11h00min, na sede da Câmara Municipal ou pelo Telefone: (62) 3348-6232. São Luiz do Norte, 04 de abril de 2016. Cleiton Manoel de Souza – PRESIDENTE da CPL.

69.466

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL
EDITAL PREGÃO nº. 002/ 2016
Processo n.º 151/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de Sistema de Segurança Eletrônico conforme abaixo especificado, para a Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto-Go
Tipo: Menor Preço Global

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás, através do pregoeiro designado, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes nos termos da Portaria nº 011, de 04 de janeiro de 2016, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço Global”, no dia **20/04/2016, às 09:30 horas**, na Sala da Presidência da Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto – GO, situada Entre quadra 41/42 lote 01 – centro – Edifício Jovair Manoel Lourenço – Santo Antônio do Descoberto – GO, fones: (61) 3626-3966 / 3626-4685, email: camaradiretoria@hotmail.com, perante o Pregoeiro designado, que receberá documentação e propostas visando a **contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de Sistema de Segurança Eletrônico conforme abaixo especificado, para a Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto-Go de acordo com as condições, especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, especialmente no Termo de Referência., de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações. Caso não haja expediente nesta data fica transferido para o primeiro dia útil, no mesmo local e horário.**

O Edital e respectivos anexos encontram-se a disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e horário de expediente, no endereço acima mencionado, ou ainda via internet no endereço eletrônico: www.camarasad.com.br. Santo Antônio do Descoberto, aos 06 dias do mês de abril de 2016.

Maria de Fátima da Silva Rocha Jesus
Pregoeira

69.445

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL
EDITAL PREGÃO nº. 001/ 2016
Processo n.º 149/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de processamento de dados e impressoras, de acordo com as condições, especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, especialmente no Termo de Referência.
Tipo: Menor Preço Global

A Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás, através do pregoeiro designado, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes nos termos da Portaria nº 011, de 04 de janeiro de 2016, torna público, para conhecimento dos

interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço Global”, no dia **19 de abril de 2016, às 09:30 horas**, na Sala da Presidência da Câmara Municipal de Santo Antônio do Descoberto – GO, situada Entre quadra 41/42 lote 01 – centro – Edifício Jovair Manoel Lourenço – Santo Antônio do Descoberto – GO, fones: (61) 3626-3966 / 3626-4685, email: camaradiretoria@hotmail.com, perante o Pregoeiro designado, que receberá documentação e propostas visando a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de processamento de dados, de acordo com as condições, especificações e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos, especialmente no Termo de Referência., de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/2006 e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações. Caso não haja expediente nesta data fica transferido para o primeiro dia útil, no mesmo local e horário.**

O Edital e respectivos anexos encontram-se a disposição dos interessados para consulta e estudo, durante o prazo de divulgação da Licitação até o recebimento dos envelopes, nos dias úteis e horário de expediente, no endereço acima mencionado, ou ainda via internet no endereço eletrônico: www.camarasad.com.br. Santo Antônio do Descoberto, aos 06 dias do mês de abril de 2016.

Maria de Fátima da Silva Rocha Jesus
Pregoeira

69.445

WM Investimentos e Participações S/A

WM INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
Companhia Fechada
CNPJ-10.685.404/0001-10 - NIRE 52202623613
AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, na Rua do Balneário – Quadra 10 – lote 19 – Bairro do Turista I, Caldas Novas – GO, CEP-75690-000, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76 (Demonstrações Financeiras) relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015. Caldas Novas – GO, 01 de abril de 2016. Waldo Palmerston Xavier – Diretor presidente.

69.416

Fesurv

FESURV – UNIVERSIDADE DE RIO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: aquisição de aparelhos de ar condicionado. **PROCESSO N. 2016005801 (028/2016).** Pregão Presencial n. 024/2016. **TIPO:** Menor Preço. Contrato n. 040/2016, firmado com Cromia Soluções Tecnológicas Ltda, CNPJ n. 23.814.639/0001-06, no valor de R\$ 258.740,58 (duzentos e cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta e oito centavos). **VIGÊNCIA:** 31/03/2016 a 31/12/2016. **RECURSOS:** 05.0525.12.122.4000.2712.449052.

Simecat

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO CATALÃO – GOIÁS - SIMECAT
EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO PLEITO

Em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 532 da Consolidação das Leis do Trabalho e no art. 138 do Estatuto Social da entidade, comunicamos que em pleito realizado nos dias 29 de janeiro de 2.016, foram eleitos os seguintes associados para compor os órgãos de administração, fiscalização e representação da entidade: **DIRETORIA – MEMBROS EFETIVOS:** Carlos Albino de Rezende Júnior – Presidente; – José Pereira Borges – Vice Presidente, Thiago Cândido Ferreira - Secretária Geral; Anicésio Gomes Ferreira – Secretário de Finanças; Jeancarlo Duarte de Melo - Secretário Para Assuntos Sociais e Rodrigo Alves Carvelo – Secretário de Educação e Cultura. **DIRETORIA – MEMBROS SUPLENTE:** Unismar Gonzaga do Nascimento, Ciedson Rocha Machado, Dercílio Rodrigues Neto II, Leonardo Pereira do Nascimento, Jorge Luiz Teles Benedito e João Vitor Felício Silveira. **CONSELHO FISCAL – EFETIVOS:** André Luiz Felício, Paulo José Gonçalves da Silva Fidélis e Renilson Targino dos Santos. **CONSELHO FISCAL – SUPLENTE:** Rherman de Souza Pires, José Geraldo Coelho e Rogério Ponciano Pires. **DELEGAÇÃO REPRESENTATIVA – EFETIVOS:** Carlos Albino de Rezende Júnior e Renilson Targino dos Santos. **DELEGAÇÃO REPRESENTATIVA – SUPLENTE:** José Geraldo Coelho e Elcimar de Souza Marques. A posse dos aludidos associados dar-se-á em solenidade a ser realizada no dia 24 de junho de 2.016. Catalão – GO, 05 de abril de 2016.

CARLOS ALBINO DE REZENDE JÚNIOR - Presidente

69.452

SECRETARIA DA SAÚDE

Portaria nº 299/2016-GAB/SES-GO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais,

que lhe são conferidas nos termos do Art. 40, § 1º, Inc. I da Constituição do Estado de Goiás, e considerando o parágrafo 2º do Art. 1º da Portaria nº 895/2014-GAB/SES, o qual permite a substituição de servidores no Curso,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 895/2014/GAB/SES-GO, substituindo as servidoras Celene Santana Oliveira, constante no inciso I, do Art. 1º, pela servidora Renata Silva Santos, especialista, e Silma Gomes da Silva, constante no inciso V, do Art. 1º por Nilda Aparecida Lopes, especialista, sendo que a primeira substituta receberá a título de pagamento de Gratificação de Incentivo por Encargos de Cursos, pelo desempenho das atividades de Coordenadora, a parcela fixa mensal de execução do Projeto no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelo período de até 03 meses e a segunda substituta o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por hora-aula, referente a carga horária total de até 60 h/a, pelo desempenho de atividades de tutora.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE.

Gabinete do SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, em 23 de Março de 2016.

LEONARDO MOURA VILELA
Secretário de Estado da Saúde de Goiás

PORTARIA PAD Nº 100/2016–GAB/SES

Julga Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, e com fulcro no art. 312, inciso II, da Lei Estadual nº 10.460/88 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás e suas Autarquias,

RESOLVE:

Art. 1º – ABSOLVER a servidora Rosalva Póvoa Souza, CPF Nº 589.689.391-00, ocupante do cargo de Assistente Técnico de Saúde, com lotação à época dos fatos no Hospital de Urgência de Goiânia - HUGO, da acusação de ter cometido transgressão disciplinar prevista no art. 303, incisos XVI, XXX e LVIII – da Lei nº 10.460/88.

Parágrafo único – A presente decisão possui amparo na orientação encartada no procedimento administrativo disciplinar, relativo ao processo de nº 201100010006426, que culminou no Relatório nº 72/2015 - 1ª CPPAD/GAB/SES-GO, de lavra da 1ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, no qual apurou que diante das provas documentais acostadas aos autos, bem como das justificativas apresentadas pela denunciada em sua defesa, não restou caracterizada as transgressões disciplinares supracitadas, devendo essa absolvida.

Ressalta-se que tal procedimento foi submetido à análise da Procuradoria-Geral do Estado, que emitiu Parecer PA nº.005955/2015, adotado pelo Despacho “AG” nº. 000128/2016, os quais concluíram pela legalidade desse.

Art. 2º - DETERMINAR, por parte da Secretaria Geral do Gabinete, a publicação desta Portaria.

Art. 3º – ENVIAR os autos, após publicação desta, à **Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças – SGPF**, para cientificar a interessada e realizar as devidas anotações no assentamento dessa.

Art. 4º – DETERMINAR o envio à **1ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – 1ª CPPAD**, para que essa tome conhecimento da presente decisão de encerramento do Processo Administrativo Disciplinar e cientifique a Controladoria-Geral do Estado, quanto a conclusão desse. Feito isso, archive-se.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRASE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, aos 22 dias do mês de março de 2016.

LEONARDO MOURA VILELA
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA PAD Nº 101/2016-GAB/SES

Julga Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, e com fulcro no art. 312, inciso II, da Lei Estadual nº 10.460/88 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás e suas Autarquias,

RESOLVE:

Art. 1º – ABSOLVER a servidora Mariana Lopes da Silva, CPF nº



012.861.731-40, estatutária, ocupante do cargo de Assistente de Gestão Administrativa, dos Quadros da Secretaria de Estado da Saúde, com lotação à época dos fatos no Hospital Geral de Goiânia - HGG, da acusação de ter supostamente cometido as transgressões disciplinares previstas no art. 303, incisos XVI, XXX e LVIII, da Lei nº 10.460/88.

Parágrafo único - A presente decisão possui amparo na orientação contida no procedimento administrativo disciplinar, relativo ao processo de nº 201100010005508, que culminou no Relatório nº 79/2015-1ºCPPAD/GAB/SES/GO, de lavra da 1ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, no qual apurou que não encontrou elementos suficientes para caracterizar a prática das transgressões pelas quais a servidora supracitada foi denunciada.

Art. 2º - DETERMINAR, por parte da Secretaria Geral do Gabinete, a publicação desta Portaria.

Art. 3º - ENVIAR os autos, após publicação desta, à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças - SGPF, para cientificar a interessada e realizar as devidas anotações no assentamento dessa.

Art. 4º - DETERMINAR o envio à 1ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - 1º CPPAD, para que essa tome conhecimento da presente decisão de encerramento do Processo Administrativo Disciplinar e cientifique a Controladoria-Geral do Estado, quanto a conclusão desse. Feito isso, arquivar-se.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, aos 28 dias do mês de março de 2016.

LEONARDO MOURA VILELA
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA PAD Nº 102/2016-GAB/SES

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, e com fulcro no art. 327, da Lei Estadual nº 10.460/88 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás e suas Autarquias,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, em desfavor do servidor Edmilson Moura de Oliveira, CPF. 323.752.981-87, estatutário, ocupante do cargo de Gestor Público, lotado nesta Secretaria.

A instauração do presente procedimento faz-se necessária face à orientação da Advocacia Setorial desta Pasta, via Memorando nº. 12/2016, incluso nos autos nº. 201600010006662, para apurar possíveis transgressões disciplinares imputadas ao servidor Edmilson Moura de Oliveira, conforme relatado no mencionado documento, porquanto, pratica advocacia administrativa no âmbito desta Secretaria.

Portanto, pela conduta retromencionada, o servidor em pauta transgrediu, em tese, o artigo 303, incisos IX - *pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições públicas, salvo quando se tratar de percepção de vencimentos e vantagens de parentes até o segundo grau, LIV - praticar crimes contra a administração pública, e LXII - exercer advocacia administrativa, da Lei nº 10.460/88.*

Art. 2º - DETERMINAR, por parte da Secretaria Geral do Gabinete, a publicação desta Portaria; bem como o envio de cópia dessa à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças - SGPF, para as devidas anotações no assentamento do servidor.

Art. 3º - ENVIAR os autos, após a publicação desta portaria, à 1ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - 1º CPPAD, instituída pela Portaria nº 461/2015-GAB/SES, para que essa cientifique o interessado quanto a instauração de procedimento administrativo disciplinar em desfavor desse; bem como dê início aos seus trabalhos, em cumprimento ao disposto art. 1º.

Art. 4º - DELIBERAR que os membros da Comissão tenham dedicação à tarefa que ora lhes é deferida, podendo reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Art. 5º - DETERMINAR, à Comissão Processante, que cientifique a Controladoria-Geral do Estado, quanto a instauração desse feito.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, aos 28 dias do mês de março de 2016.

LEONARDO MOURA VILELA
Secretário de Estado da Saúde

PORTARIA PAD Nº 103/2016-GAB/SES

Instaura Procedimento Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, e com fulcro no art. 327, da Lei Estadual nº 10.460/88 - Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Goiás e suas Autarquias,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar, para apurar possível falta disciplinar imputada ao servidor Edilson Carvalho Ribeiro, estatutário, CPF sob nº 290.364.611-20.

A abertura do presente procedimento faz-se necessária face à informação constante nos autos de nº 201600010006805, por meio do Ofício nº 541/2016-CGE/GAB, de lavra da Controladoria Geral do Estado, oriundo do Relatório Preliminar de Auditoria de Conformidade nº 2131/2015 - SCU/CGE, diante das evidências de que o supracitado servidor está acumulando cargos e empregos públicos de forma ilegal.

Portanto, pela conduta retromencionada, o servidor em pauta transgrediu, em tese, o artigo 303, incisos XLIX - *acumular cargos, funções e empregos públicos, ressalvadas as exceções constitucionais previstas;*, todos da Lei nº 10.460/88.

Art. 2º - DETERMINAR, por parte da Secretaria-Geral do Gabinete, a publicação desta portaria; bem como o envio de cópia dessa à Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças - SGPF, para a devida anotação no assentamento do servidor.

Art. 3º - ENVIAR os autos, após a publicação desta portaria, à 2ª Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar - 2º CPPAD, instituída pela Portaria nº 737/2015-GAB/SES, para que essa cientifique o interessado quanto a instauração de procedimento administrativo disciplinar em seu desfavor; bem como dê início aos seus trabalhos, em cumprimento ao disposto art. 1º.

Art. 4º - DELIBERAR que os membros da Comissão tenham dedicação à tarefa que ora lhes é deferida, podendo reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à instrução processual.

Art. 5º - DETERMINAR, à Comissão Processante, que cientifique a Controladoria-Geral do Estado, quanto a instauração deste feito.

PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, aos 29 dias do mês de março de 2016.

LEONARDO MOURA VILELA
Secretário de Estado da Saúde

Aviso de Licitação

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SES/GO, torna público que fará realizar a licitação abaixo relacionada, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma da Lei. Todas as informações, bem como o edital, encontram-se à disposição dos interessados na Gerência de Licitações, Contratos e Convênios - GLCC/SGPF/SES-GO, situada à Rua SC-1, nº 299, Parque Santa Cruz, Goiânia/GO, Fone: 3201-3840, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, no site: www.comprasnet.gov.br

PREGÃO DATA/ HORÁRIO	Nº PROCESSO/OBJETO
104/2016 20/04/2016 às 09h00	201600010003853 - Registro de preço para eventuais aquisições de Produtos de Laboratório, destinados ao LACEN/SES/GO, Unidade Assistencial da SES/GO, e demais órgãos interessados. Valor Total: R\$ 47.826,19

Goiânia/GO, 04 de abril de 2016.

Fabiola Ayres Guerreiro Bezerra

Gerência da GLCC/SGPF/SES-GO

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS- SGPF/SES-GO

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2016-SES/GO

Processo nº: 201500010020188

Objeto: cessão de uso dos materiais abaixo relacionados:

Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO DOS BENS	QUAN T	TOMBAMENTO
01	Aparelho de retroprojeto	02	S/T
02	Armário grande	01	855221
03	Armário grande	01	855223
04	Armário grande	01	855225
05	Armário pequeno	01	881654
06	Botijão para gás	01	S/T
07	Cadeira giratória	01	892798
08	Cadeira para escritório	04	S/T
09	Carteira escolar	07	S/T
10	Fogão	01	420230
11	Lixeira	01	691264
12	Lixeira	01	691282
13	Lixeira	01	691273
14	Lixeira	01	691272
15	Lixeira	01	691286
16	Lixeira	01	691276
17	Lixeira	01	691284
18	Lixeira	01	691292
19	Lixeira	01	691447
20	Lixeira	01	691296
21	Lixeira	01	691266
22	Lixeira	01	691261
23	Lixeira	01	691262
24	Lixeira	01	691278
25	Lixeira	01	691259
26	Lixeira	01	691265
27	Lixeira	01	691260
28	Lixeira	01	691398
29	Lixeira com pedal	03	S/T
30	Máquina copiadora profissional	01	618683
31	Mesa em L	01	854518
32	Mesa para escritório	01	854407
33	Mesa para escritório	01	854428
34	Mesa para escritório	01	854429
35	Mesa para escritório	01	854430
36	Mesa para escritório	01	854431
37	Mesa para escritório	01	854432
38	Mesa para reunião	01	889916
39	Microcomputador (CPU)	01	834643
40	Monitor de vídeo	01	S/T
41	Refrigerador	01	S/T
42	Tela para projeção	02	S/T

Cedente: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás

Cessionário: Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte

Data de assinatura: 01/04/2016

Vigência: 01/04/2016 - 31/03/2036

Signatários:

ALERTE MARTINS DE JESUS

Chefe da Advocacia Setorial/SES

LEONARDO MOURA VILELA

Secretário de Estado da Saúde

RAQUEL FIGUEIREDO ALESSANDRI TEIXEIRA

Secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte

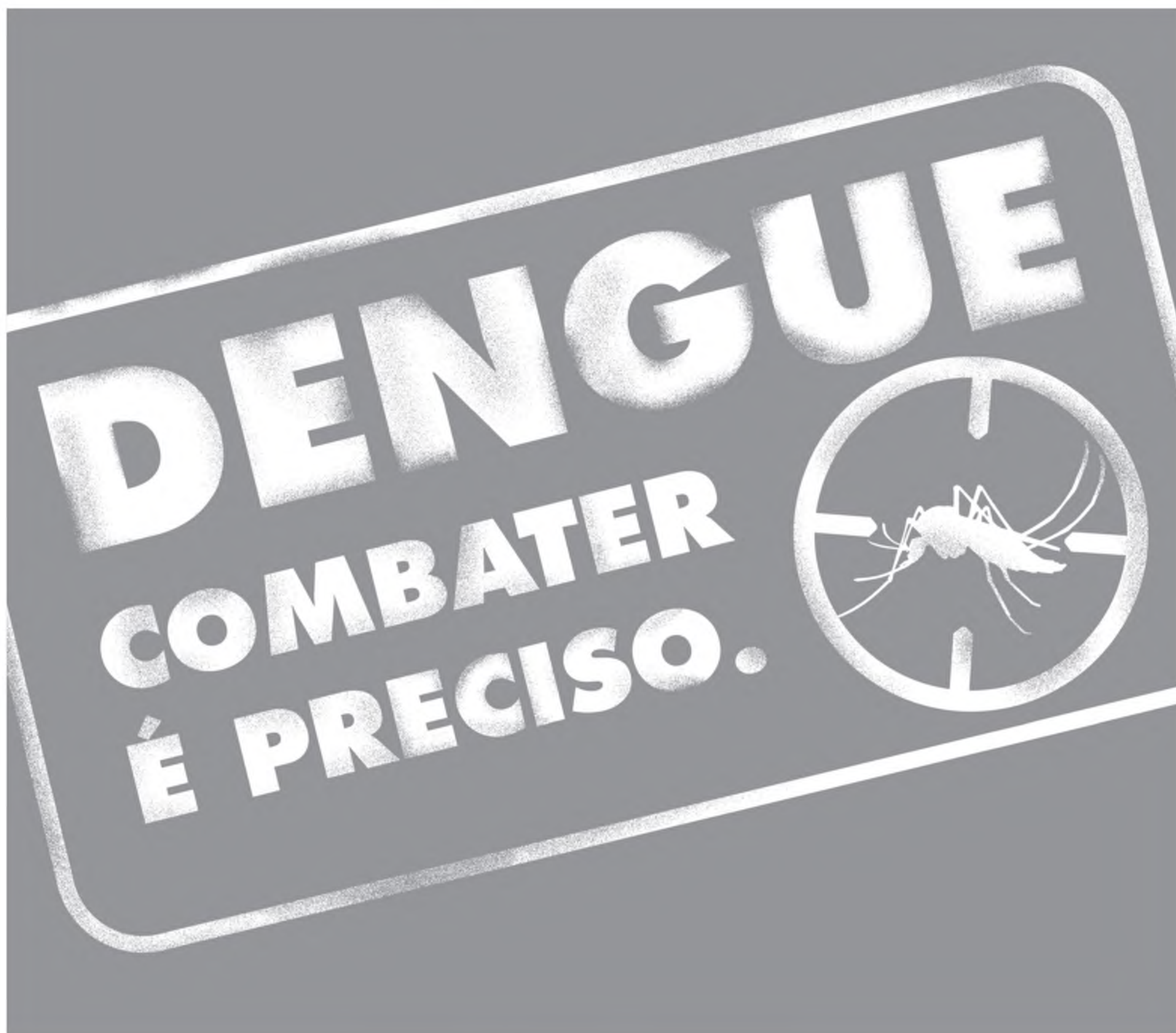


Imprensa Oficial do Estado de Goiás

DIÁRIO OFICIAL

Assine o
Diário Oficial
do Estado
de Goiás
e fique
por dentro
da Administração
Pública
de seu Estado.

Sede: Rua SC-1, Nº 299, Parque Santa Cruz
CEP: 74.860-290 Goiânia - GO
Fones: 3201-7663 / 3201-7623 / 3201-7639
Fax: 3201-7779



Defenda sua família, seus vizinhos, sua comunidade.
Não basta combater o mosquito. Precisamos eliminar seus criadouros
e qualquer local ou recipiente que acumule água parada.



Feche bem tonéis e barris



Coloque areia no pratinho
dos vasos de plantas



Tampe caixas d'água



Esvazie e guarde garrafas
sem uso de cabeça para baixo